

**WESLEY ALVES QUINTA**

**PROEJA – ESPAÇO DE INCLUSÃO SOCIAL DO FUNCIONALISMO  
MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS**

Monografia apresentada ao programa de Pós-Graduação Latu sensu do Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás/CEFET-GO, como exigência parcial para obtenção do Título de Especialista em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, sob a orientação da Professora Doutora Maria Margarida Machado.

**GOIÂNIA  
2009**

**WESLEY ALVES QUINTA**

**PROEJA – ESPAÇO DE INCLUSÃO SOCIAL DO FUNCIONALISMO  
MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS**

Monografia apresentada ao programa de Pós-Graduação Latu sensu do Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás/CEFET-GO, da Especialização em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, na cidade de Goiânia, como requisito para obtenção do título de Especialização Latu Sensu em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, aprovado em 22 de Agosto de 2009, pela Banca Examinadora constituída pelos seguintes professores:

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Margarida Machado.

Orientadora

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Arlene Clímaco

Membro

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Miriam Fábria Alves

Membro

Wesley Alves Quinta, 2009.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização do autor, do orientador, do Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás e da Universidade Federal de Goiás.

Quinta, Wesley Aves.

Proeja – Espaço de Inclusão Social do Funcionalismo  
Municipal de Bonfinópolis / Wesley Alves Quinta; - Goiânia, 2009.  
63f.

Monografia (Especialização em Educação Profissional Integrada à  
Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos) –  
Centro Federal de Educação Tecnológica - CEFET e Faculdade de  
Educação da UFG, 2009.

Orientação: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Margarida Machado, Faculdade de  
Educação – UFG.

1. Educação de Jovens e Adultos. 2. Ensino Profissional. I.  
Título.

## RESUMO

A educação é um direito social de todos os cidadãos, inclusive daqueles que não conseguiram concluir seus estudos em tempo certo. E oferecer uma proposta de Educação de Jovens e Adultos associada à Educação Profissional aos servidores públicos municipais de Bonfinópolis, que não terminaram a primeira fase do ensino fundamental, será o grande objetivo desse trabalho. Esse público teve poucas oportunidades profissionais e vive, aparentemente, preso ao seu contexto de vida. Ele precisa de motivação para que possa retornar aos estudos e construir novas possibilidades de crescimento profissional. O desafio a ser enfrentado é garantir uma educação que os faça permanecer nos estudos e aprendendo com qualidade. Um planejamento sério e que respeite suas experiências de vida, somado às noções básicas do campo científico e que lhes garanta uma profissão, poderão fazê-los permanecerem em sala e valorizarem os estudos. A pesquisa realizada, procura esclarecer um pouco do contexto de vida e dos interesses dos entrevistados, e favorecer a construção de uma proposta curricular que represente uma possibilidade de inclusão social aos funcionários públicos municipais que atuam como motoristas, na limpeza urbana, na recepção, na higiene e alimentação das escolas. Então, a elaboração de uma proposta de organização curricular em arcos ocupacionais poderá garantir o sucesso do projeto e resgatar os direitos sociais desses cidadãos.

## TABELA

	<b>Página</b>
<b>Tabela 01</b> – dados de pessoas residentes em Bonfinópolis - GO / 2001 .....	28

## GRÁFICOS

	<b>Página</b>
<b>Gráfico 01</b> – Servidores que concluíram o ensino fundamental .....	30
<b>Gráfico 02</b> – Função que os servidores exercem no município .....	31
<b>Gráfico 03</b> – Idade dos servidores .....	31
<b>Gráfico 04</b> – Média salarial mensal .....	32
<b>Gráfico 05</b> – Região de nascimento dos servidores .....	32
<b>Gráfico 06</b> – Tempo em que os servidores permaneceram fora da escola .....	33
<b>Gráfico 07</b> – Motivos que levaram os servidores a pararem de estudar .....	34
<b>Gráfico 08</b> – Idade em que os servidores entraram na escola pela primeira vez .....	35
<b>Gráfico 09</b> – Servidores que deixaram a escola .....	35
<b>Gráfico 10</b> – Motivação em voltar a estudar .....	36
<b>Gráfico 11</b> – Mudança de emprego .....	36
<b>Gráfico 12</b> – Participação em curso de formação profissional .....	37
<b>Gráfico 13</b> – Participação em curso de conclusão do ensino fundamental com formação profissional .....	37

## SUMÁRIO

	<b>Página</b>
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	07
<b>CAPÍTULO I</b>	
<b>Conhecendo um pouco do contexto histórico brasileiro da educação de jovens e adultos e sua dimensão com o mundo do trabalho</b> .....	10
1.1 - Aspectos da educação profissional e educação de jovens e adultos sob a influência do mercado capitalista .....	11
1.2 - A educação popular no Brasil e os movimentos sociais .....	15
1.3 - O papel da escola e as influências do mercado capitalista na formação do trabalhador .....	18
<b>CAPÍTULO II</b>	
<b>Município de Bonfinópolis - seu contexto geral e educacional</b> .....	23
2.1 - Um pouco do contexto educacional brasileiro .....	23
2.2 - Origem do município de Bonfinópolis e apresentação de sua realidade sócio-econômica e educacional .....	25
2.3- Conhecendo um pouco da realidade educacional dos servidores públicos municipais da Prefeitura de Bonfinópolis .....	30
<b>CAPÍTULO III</b>	
<b>Proeja- FIC - O município de Bonfinópolis a um passo da Integração da Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional</b> .....	39
3.1- Propostas de uma Educação de Jovens e adultos e Ensino Profissionalizante Integrados .....	39
3.2 - Profissões que poderiam ser incorporadas ao conteúdo do ensino fundamental na proposta de EJA e Educação Profissional .....	43
3.3 - Princípios, eixos temáticos que irão orientar o currículo integrado no município de Bonfinópolis .....	48
3.4 - Construindo a Proposta de Organização Curricular .....	52
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	56
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E OUTRAS</b> .....	58
<b>ANEXO</b> .....	60

## INTRODUÇÃO

A realidade da educação brasileira ainda não consegue atender a todos os cidadãos que não conseguiram completar seus estudos em tempo certo, ficando os mesmos excluídos do processo educacional. E esse trabalho procura oferecer uma alternativa em garantir o usufruto de direitos, proporcionando a conclusão dos estudos do ensino fundamental associados à educação profissional

A motivação para a construção desse projeto iniciou com as reflexões realizadas da Especialização em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, promovido pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás/CEFET-GO.

O projeto foi iniciado com uma pesquisa por amostragem realizada com os funcionários públicos municipais do município de Bonfinópolis que não conseguiram concluir a primeira fase do ensino fundamental. E o resultado serviu para a construção e referencial de todo trabalho, que teve ainda como fundamentação teórica, textos do Arroyo (1991), Manfredi (1980), Saviani (1986), Clímaco (2007), LDB (1996), documentos do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (2007), Plano Diretor Democrático do Município de Bonfinópolis (2008), Estatuto do servidor publico de Bonfinópolis (2005) e Plano de Carreira do Servidor Publico municipal de Bonfinópolis (2008). Todos esses referenciais irão contribuir para uma reflexão que possibilite a construção de uma educação que valorize o sujeito aluno em seu espaço social.

A educação é um grande instrumento de preparação para o mundo social, intelectual e, sobretudo profissional, pois ela contribui para criar condições do indivíduo de entender e interpretar as diversidades culturais, educacionais e as relações no campo do trabalho. Nesse aspecto, é importante para a sociedade atual acreditar e garantir espaço educacional para todos os cidadãos para que desfrutem desse direito constitucional.

Sendo a educação algo importante para o bom desenvolvimento de convivência social, surge então, a preocupação de garantir esse direito àqueles que não puderam, por diversos motivos, frequentar a escola em tempo hábil. Direito esse, que ora pode ser garantido pelo poder público do município de Bonfinópolis – GO.

Essa experiência de oferecer oportunidades para os excluídos do processo educacional precisa responder às necessidades dos seus educandos, em especial ao seu

contexto de trabalho. O município de Bonfinópolis poderá oferecer uma educação que atenda o perfil das competências e habilidades próprias do ensino fundamental somadas ao ensino profissional.

A cidade com certeza tem um público enorme para ser incluído, mas a princípio, essa inclusão será oferecida aos funcionários públicos do município de Bonfinópolis que não concluíram do 1º ao 5º ano e do 6º ao 9º ano do ensino fundamental.

E para que o projeto tenha sustentação teórica, esse trabalho tem por objetivo direcionar e apontar como o PROEJA (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos) pode ser implantado e consolidado na realidade educacional do município de Bonfinópolis.

Uma pesquisa de campo foi realizada para conhecer melhor o público alvo, com o objetivo de construir um diálogo com os conhecimentos científicos já elaborados e os documentos da legislação vigente. Tudo com a finalidade de construir oportunidades de valorização e resgate da dignidade desses trabalhadores públicos.

Criar oportunidade educacional é um dever do poder público e um direito do cidadão. Nessa perspectiva a educação de Jovens e Adultos será oferecida juntamente com a Educação Profissional, valorizando o trabalhador em seu campo de trabalho e criando oportunidade de novos mercados de trabalhos. Na pesquisa de campo foi possível conhecer as áreas de maior concentração e interesse desses sujeitos.

O município de Bonfinópolis ganhará muito com esse projeto, pois haverá maior interesse do servidor público em participar, se preparar melhor para a profissão que já vem exercendo ou então, criar novas oportunidades. E ainda nesse contexto, terá cidadãos mais conscientes de seus direitos e deveres, preparados para ajudar a construir uma sociedade que possa oferecer espaços sociais mais justos para todos.

Esse trabalho deseja ser uma referência para a implantação do PROEJA no município de Bonfinópolis. E desde o primeiro capítulo, já traz uma abordagem da compreensão sistematizada da educação profissional com a educação de jovens e adultos e as influências do mercado capitalista com o objetivo de contribuir com uma pequena reflexão acerca do projeto em questão. E possibilitar ao mesmo tempo, o conhecimento, mesmo que parcial, da presença dos movimentos sociais em relação à educação popular no Brasil.

No segundo capítulo há uma descrição do município de Bonfinópolis em seu contexto histórico e atual. Nesse aspecto, é importante conhecer um pouco do processo que



contribuiu para formação do município, sua estrutura educacional e seu público alvo para a implantação do PROEJA.

Por fim, o terceiro capítulo descreve os passos concretos que serão adotados para a implantação do PROEJA no município de Bonfinópolis. Onde o foco são os quatro Arcos Ocupacionais<sup>1</sup>, sendo eles: limpeza urbana, motoristas, vigia e higiene e alimentação. Além da formação básica, será acrescida carga horária no currículo que ajudará a fortalecer a formação para o mundo do trabalho.

---

<sup>1</sup> Arco Ocupacional é um novo modelo de formação profissional que corresponde a um conjunto de quatro ocupações com uma base técnica comum, onde possibilita o aluno cursar um arco como alimentação, e desenvolver habilidades nas ocupações como chapista, cozinheiro auxiliar, repositor de mercadorias e vendedor ambulante (alimentos).

## CAPITULO I

### **Conhecendo um pouco do contexto histórico brasileiro da educação de jovens e adultos e sua dimensão com o mundo do trabalho.**

(...) O trabalhador produz não para si, mas para o capital.  
(Marx, 1984, p. 105-106)

Esta afirmação de Marx provoca uma inquietação ao expor o capital como objetivo máximo dentro do contexto do trabalho humano, ou seja, o lucro é tudo. Nessa perspectiva, será importante retomarmos alguns caminhos para compreendermos como o processo educacional quase sempre atendeu aos objetivos do capitalismo. Começaremos com uma pequena reflexão sobre alguns aspectos do contexto educacional brasileiro, especificamente a Educação de Jovens e Adultos e o Ensino Profissional, tendo como referência o início do século XX. É um desafio interessante para muitos estudiosos do tema, principalmente por percorrer caminhos que proporcionam aspectos importantes para o enriquecimento intelectual do pesquisador, permitindo aprofundar, dentro do contexto histórico, situações educacionais dentro do campo econômico, político e os surgimentos dos movimentos de base.

A educação, enquanto escola e espaço de sociabilidade é acolhida e valorizada em qualquer parte do mundo, por ela se construiu e se construirá cultura, valores sociais de convivência entre os povos. Educar é contribuir para se construir cidadão, é projetar conhecimento, é despertar para a razão, é viver dentro do espírito do saber, é projetar-se para além. Assim, pensar a educação como um valor social e necessário, com certeza contribuirá para a construção de uma reflexão que poderá incentivar o sujeito a entender a relação professor e aluno, escola e aluno, sociedade e escola, trabalho e escola, escola e mercado de trabalho, qualificação profissional e escola, e por fim, a educação como princípio educativo aberto a todos, sem distinção de idade e como direito de todos.

Partindo do princípio acima mencionado sobre a educação, e privilegiando a educação de jovens e adultos e a educação profissional no Brasil, tentarei apontar nesse capítulo como o mercado consegue impor suas vontades e criar uma ideologia dominante na sociedade. Para facilitar a reflexão sobre a temática, partiremos do contexto do período do início da República até a década de 1990, onde poderemos perceber em linhas gerais o

contexto histórico brasileiro da educação de jovens e adultos e educação profissional, seus desafios e suas conquistas no contexto econômico, político e social.

As informações contribuirão para compreendermos um pouco do processo histórico no Brasil da implantação da Educação de Jovens e Adultos e também da Educação Profissional. Será possível constatar os aspectos conceituais, pedagógicos e políticos que predominaram nos meios educacionais e, sobretudo, os interesses do sistema capitalista que praticamente impôs sua ideologia e seus interesses, focando a ótica do mercado e convertendo os valores humanos em valores de mercado.

Nessa perspectiva, esse capítulo será dividido em três partes para facilitar a reflexão proposta. O primeiro possibilitará uma compreensão sistematizada da educação profissional com a educação de jovens e adultos e as influências do mercado capitalista. O segundo apresentará noções da educação popular no Brasil e a presença dos movimentos sociais. E por último, uma reflexão em linhas gerais, de como a escola recebe influências do mercado capitalista que interferem na formação do trabalhador. Todos esses passos irão possibilitar ao leitor uma noção de algumas etapas que a educação de jovens e adultos conviveu e construiu no Brasil ao longo do século XX.

### **1.1 - Aspectos da educação profissional e educação de jovens e adultos sob a influência do mercado capitalista**

No Brasil, o processo inicial da futura Educação Profissional, se deu a partir das práticas cotidianas das tribos indígenas antes e durante o início do período colonial, onde as práticas educativas se fundiam com as atividades diversas da vida em comunidade e o modelo econômico, no período colonial, organizava-se pelo *plantation*, exigindo que alguns trabalhadores livres tivessem qualificação técnica para o trabalho nos engenhos. Associado a este se encontrava a extração de minérios que também necessitava de mão-de-obra qualificada.

E dentro do mesmo período, os jesuítas construíram os primeiros núcleos de formação profissional focando a mão-de-obra qualificada pelas oficinas de ferraria, carpintaria, embarcações, produção de tijolos, entre outros que foram extintas com a constituição de 1824.

Com a vinda da família real portuguesa para o Brasil foram fundadas as primeiras instituições públicas de ensino superior que qualificavam as pessoas para a administração do Estado e Exército. Nesse sentido, os cursos primários e secundários se tornaram

propedêuticos preparando os aprendizes para a universidade. Vale ressaltar que, as iniciativas de Educação Profissional nesse período focavam a produção nas oficinas, fábricas e arsenais.

Os primeiros liceus nasceram pela iniciativa da sociedade civil entre 1858 e 1886, onde durante o período republicano foram ampliados servindo de base para a construção de escolas profissionais da rede nacional.

Durante a primeira república, a industrialização e urbanização já estavam presentes na sociedade brasileira e apontavam as tendências para a modernização tecnológica. A qualificação profissional é uma tendência necessária e o Estado e os setores civis irão discutir os meios para o disciplinamento e qualificação dos trabalhadores.

A educação das escolas de aprendizes era a formação de operários e de contramestres por meio prático, o modelo proposto pretendia universalizar em um único sistema de ensino, visando também atender as necessidades econômicas do momento vivido entre 1900 e 1940.

A educação no período do Estado Novo visou à educação como processo de formação ao desenvolvimento econômico em função dos altos investimentos no setor industrial pelo Estado.

A Educação Profissional a partir de 1990 sofreu mudanças significativas. A reforma do ensino médio e profissional é fruto das exigências da sociedade brasileira que contribuiu para as primeiras mudanças. Mas o dualismo ainda é existente devido a dois projetos distintos do Ministério da Educação e outro do Ministério do Trabalho.

No Brasil, ainda em 1990, um plano de Educação Profissional voltado não apenas para os trabalhadores formais, mas também os desempregados foi implantado. O índice de analfabetismo demonstrava-se alto e era necessário dar respostas às exigências econômicas por mais escolaridade e conhecimento específico para o trabalho. Visando acima de tudo emprego, trabalho e renda. Esse era o projeto do Ministério do Trabalho dentro do plano nacional.

O MEC por sua vez idealizou a criação de um sistema único de educação tecnológica no período de 1990, o qual englobaria todas as escolas técnicas dos diversos setores. Como referência tem os Cefets.

No geral o grande problema enfrentado era propiciar uma escola em que o descompasso entre formação geral e a exigida pela modernização produtiva e globalizada da economia motivasse as diversas discussões no ambiente educacional brasileiro no contexto de 1990.

A Educação Profissional dissociada da educação formal, no período de 1990, acaba ainda por não atender as demandas da sociedade moderna e global e cria um abismo na recuperação da cidadania educacional que deveria estar aberta para todos. E com isso cria vários sistemas de redes distintas.

Agora fazendo um paralelo à questão da EJA, perceberemos também como o foco de toda sua estrutura acaba por favorecer os interesses do mercado capitalista na sociedade brasileira.

Na década de 1930 o Estado brasileiro redefiniu seu papel focando mais o eixo econômico, criando condições internas de implementar pólos industriais no país. Com essa nova mentalidade a qualificação e a diversificação para suprir as demandas de mão-de-obra das indústrias cresceram, possibilitando maior reflexão acerca da educação de jovens e adultos trabalhadores nesse período.

Já em 1940 o processo para educação da classe trabalhadora ganha força e surgem novas idéias, leis e iniciativas diversas por parte da sociedade civil para consolidação da educação de jovens e adultos trabalhadores.

Entre 1940 e 1950 cerca de 55% da população brasileira maior de 18 anos de idade eram analfabetos, a nova sociedade emergente do capitalismo exigia uma formação voltada para a formação do trabalhador industrial. O SENAI e o SENAC, criados respectivamente em 1942 e 1946, eram verdadeiras expressões da sociedade industrial para adequação da mão-de-obra para atender a produção nesse sentido.

Nesses períodos já mencionados, ainda assim, o processo de educação de jovens adultos trabalhadores não conseguiu atender uniformemente todas as regiões do país, privilegiando as que estavam à frente no contexto industrial e com isso gerando uma grande massa de excluídos do sistema educacional regular e do paralelo promovido pela indústria. A partir dessa situação foram implantadas as campanhas de alfabetização em massa como CEAA (Campanha Nacional de Educação de Adolescentes e Adultos) entre 1940 e 1960 e CNER (Campanha Nacional de Educação Rural) entre 1952 e 1963.

O objetivo maior dessas campanhas era de estimular o desenvolvimento econômico, social valendo-se do processo educativo. O slogan “ser brasileiro é ser alfabetizado” que o CNER em seu 1º Congresso de Educação de Adultos lançou, destaca por si mesmo esse ideal de uma vida cívica vinculada na educação de adultos.

O 2º Congresso Nacional de Adultos, realizado em 1958 destaca o papel importante da educação de adultos para solução dos problemas gerados pelo desenvolvimento urbano e industrial. A partir desse momento o valor de educação como

capital humano começou a se consolidar devido o investimento nos recursos humanos. Assim, cada pessoa era um valor de redefinição do contexto educacional no país.

No Brasil ocorriam três situações concomitantes a respeito da educação de adultos, a primeira com a concepção de uma educação formadora da consciência nacional, a segunda focada na preparação de recursos humanos para as indústrias e a terceira dos movimentos sociais que cobravam que o processo educacional formasse pessoas conscientes a fim de entenderem melhor o contexto social que estavam inseridos.

Desde 1960, Paulo Freire contribui significativamente com a educação de jovens e adultos no momento em que propôs a “compreensão da educação e da alfabetização como expressões culturais”. A alfabetização garantiria a promoção de homens à condição de sujeito e entendedores do seu contexto atual, com possibilidades de interferirem politicamente nas decisões sociais.

De 1964 a 1980, “o tecnicismo e o economicismo na educação” serão as marcas do novo processo com a difusão da “Teoria do Capital Humano”. O qual começando pela Cruzada ABC e depois com o Mobral, ambos de 1964, o Ensino supletivo ganhou vigor e legitimidade. O mais importante aqui era acabar com o analfabetismo e ter uma população pacífica e sem risco para a ordem estabelecida politicamente.

A lei nº. 5692/71 regulamenta a EJA e cria as condições de atendimento às exigências que o país precisa para se desenvolver economicamente, além de diferenciá-la do ensino regular e de gerar maiores oportunidades no aspecto legislativo.

Ainda na década de 70 o Ministério da Educação caminhava para a descentralização do Ensino Fundamental e o MOBREAL representava uma ação centralizadora sem vínculo com o ministério que segundo Manfredi, “tem procurado legitimar a ideologia e as práticas inerentes à adoção do modelo de desenvolvimento sócio-econômico em curso desde 1964.” (Manfredi, 1980, p.47).

A Fundação Educar em 1985 veio substituir o Mobral e garantir sua subordinação ao MEC. Nesse sentido, muitas ações direcionadas para a EJA ficaram suspensas, restando apenas a educação para a classe trabalhadora centrada na alfabetização e rapidamente preparada para o trabalho.

Com a Constituição de 1988 foi reconhecida a obrigatoriedade do Estado com todos aqueles que não tiveram a educação na idade adequada, aqui se percebe uma retomada nas discussões a partir da Carta Magna, além de projetar uma educação para a qualificação ao trabalho. Mas, como as exigências tecnológicas estão avançadas nesse momento, acaba não atendendo de fato o que se pretendia segmentando nesse sentido a

teoria e prática, ou seja, a discussão sobre a educação não levou em conta os aspectos científicos e tecnológicos.

Em 1996, com a nova LDB a EJA acabou se tornando uma “educação compensatória”, pelo fato de ser referida como “cursos e exames supletivos” no art. 38. Mas a Constituição de 1988 garantiu todo um capítulo a ela o que representa um grande avanço no contexto histórico já mencionado.

É evidente que ao longo de toda a história da EJA, nos deparamos com um atendimento frágil e impotente em relação às demandas existentes na população. Contudo, o deslocamento do atendimento da formação de jovens e adultos para o Ministério do Trabalho, gerando a partir daí, mais escolarização e formação profissional sem nenhuma relação com o MEC, a EJA acaba por se esvaziar ainda mais o seu espaço de discussão. Tornando, o debate no território nacional, projetado para uma educação voltada para a economia globalizada que exigia cada vez mais escolaridade para o trabalhador.

A educação profissional a partir de 1990 ganha espaço em função do mercado neoliberal, que exigia a modernização desse ensino no país para atender as demandas do mercado. E as preocupações em relação à EJA parecem enfraquecer e o investimento em recuperar e garantir a escolaridade a todos àqueles que necessitam, parece inviável para o governo e sem viabilidade econômica.

A necessidade de aprofundar essa temática da EJA e garantir o direito social dos jovens e adultos levou os participantes do II ENEJA (Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos) ocorrido no ano 2000, de solicitarem ao MEC que implementasse uma política educacional que enquadrasse a EJA na modalidade de educação básica. O que se vê naquela época que acontecia o encontro é uma postura política submetida completamente ao mercado o que mantém a EJA numa situação descontínua e fragmentada e com caráter compensatório.

## **1.2 – A educação popular no Brasil e os movimentos sociais**

Os movimentos sociais no Brasil procuram a democratização do ensino e conseqüentemente do meio no qual sobrevivem, as fábricas, empresas e é notório que para se posicionar no campo de trabalho almejam a qualificação, nesse sentido é importante destacar que:

A história do trabalho mostra uma prática do capital tentando equacionar o problema da qualificação e da competência como uma qualidade individual, manipulável para a disciplinação e o controle da maioria e a premiação de uma minoria... entretanto, a história do trabalho mostra, também, as permanentes pressões do movimento operário para impor limites a essa prática, alterando o uso individual da qualificação... O movimento operário vem tentando fazer da qualificação um elemento de unificação do coletivo operário... que faz parte de qualificações profissionais adquiridas e praticadas por coletivos de trabalhadores. (Arroyo, 1991, p. 208).

Nesse contexto, dos movimentos operários, no Brasil há dois tipos de movimentos operários, os tradicionais – cuja luta se unifica pelo trabalho, tendo em vista sua longa jornada de trabalho nas fábricas e o acesso às condições de consumo ser limitadas. Este movimento tem uma característica formal e hierárquica, no qual as direções comandavam toda a participação nos movimentos e as ações eram continuadas. E o que se denominam “novos movimentos sociais”, tem bases diferentes do movimento operário tradicional, pois neste se considera que o trabalhador possui várias identidades – produtor, consumidor, político. Nesse sentido há uma homogeneização dos indivíduos, tornando-os individuais e os aglutinam de forma a se apresentarem cada vez mais afastados e divididos, ou seja, o mundo do trabalho deixou de ser sua base de luta e o novo empregado fica livre, sem patrão, dono do seu tempo e quer concorrer no mercado. A característica marcante desses novos movimentos é que são informais, apresentam ação descontinuada, não possuem concepção hierárquica de participação e as participações massivas se tornaram raras.

Os movimentos sociais, independente de seus interesses sociais ao longo do tempo, foram se tornando instância educativa. Os indivíduos tinham sua base apoiada nas causas do movimento em busca de uma sociedade mais democratizada e com isso políticas educacionais de acordo com a necessidade social do momento. Assim, pensar o cotidiano escolar, a participação dos pais, fracasso escolar e principalmente, trabalho e educação apresentam contexto com características sindicais e acadêmicas.

Mas a escola mantida pelo Estado e a educação popular no Brasil possuía uma tendência de construir uma mentalidade ideológica, cuja concepção de mundo surgiria a partir dos subalternos da sociedade, modificando a cultura já traçada da classe dominante que mantém um poder ideológico sobre os demais.



Nesse aspecto, o Estado vê na educação popular um empreendimento para difundir as ideologias do sistema que lhe interessa e com a finalidade de garantir as relações sociais de produção, na perspectiva do desenvolvimento econômico.

As classes subalternas organizadas procuram se manter longe dessa situação ideológica mantida pelo Estado, vivenciando experiências de educação popular própria e com dinâmica determinada por eles mesmos.

Os antagonismos entre o poder ideológico do Estado e os das classes subalternas apontam cada vez mais para um distanciamento, mas que na verdade o próprio Estado acaba sendo mediador, procurando atender as demandas pleiteadas dentro das necessidades populares e conduzindo todo o processo para a sedimentação ou de recomposição do poder político e ideológico necessário para manter a ordem social.

A sociedade recebe e produz grandes influências da forma como é decidida a política educacional do Estado em função da população, o que pode contribuir para a redefinição do modelo de sociedade já existente. Mas aqui, o que está em foco, é o poder ideológico mantido pelo Estado para assegurar na educação o processo de reprodutora de força de trabalho para o crescimento econômico.

A ideologia proposta pela classe dominante cria no sujeito uma falsa consciência, onde o mesmo atribui a si próprio o fracasso na escola e no mercado de trabalho. O fato aqui é que o Estado não oferece as mesmas condições de acesso educacional às classes subalternas, não há igualdades de chances.

O Estado vê na educação um pólo que tem uma função hegemônica e atende aos interesses da classe dominante. Nesse contexto a idéia de que é preciso manter a ordem social e garantir o atendimento às necessidades da empresas é evidente.

As reflexões até aqui apontadas nos apresenta uma ótica da reprodução das relações sociais de produção e o poder ideológico mantido pela classe dominante tendo na educação popular os mecanismos de manter a ordem social e de construir o trabalhador perfeito.

Diante do que já foi exposto é necessário verificar como as classes subalternas estariam se organizando para dar respostas ao processo dominante já criado e construir uma concepção autônoma de educação.

A educação popular é uma temática que pode ser discutida na atual conjuntura brasileira e tem uma dimensão histórica própria que pode ser analisada. E a escola é um ambiente propício para a formação da concepção de mundo. É necessário que haja autonomia na atuação pedagógica objetivando a conquista da independência de

pensamento, purificado da ideologia dominante e que contribua para atender as características de uma realidade pelo menos mais consciente.

É preciso pensar numa educação com valores novos, sem se prender apenas aos conhecimentos prontos e acabados. Os agentes populares precisam participar da construção desses novos caminhos que a educação popular deverá seguir. Se tornando agentes de transformação e responsáveis pelos seus próprios conhecimentos e a partir daí pensar até na revisão da metodologia da educação popular. É preciso contribuir, pensar em operários que pensem e que saibam dirigir os que os dirigem, para em conjunto com os demais reinventar uma participação autônoma e participativa.

A solução aparente aponta para uma reflexão acerca da ideologia empregada pela classe dominante dentro da educação popular, que precisa ser pensada para se propor uma alternativa para que haja a contribuição da classe considerada subalterna dentro das perspectivas econômicas. E nessa perspectiva, buscar a democratização na política educacional, deve-se levar em conta que “a mera forma, sem conteúdo densamente democrático não nos garante uma sociedade democrática.” (Clímaco, 2007, p.16).

Na luta pela democratização do país, muitos movimentos ofereceram seu apoio aos interesses do Estado, onde a política foi construída do alto com elementos de lutas sociais de baixo, ou seja, das massas. Os diversos governos se apropriaram com o tempo dos ideais críticos construídos pelos movimentos sociais para construírem sua proposta política para a população, os quais atendiam os interesses dos movimentos, mas deixando de lado o espírito que construiu e motivou o movimento. Nesse sentido se recria o velho no novo. E o contexto democrático desejado se torna mais distante. É necessário entender as experiências, absorver o espírito e as diversas situações em que o movimento social foi construído e suas bases de luta.

### **1. 3 - O papel da escola e as influências do mercado capitalista na formação do trabalhador**

A prática educativa da escola está intimamente ligada às relações sociais que a sociedade necessita, sobretudo na formação do trabalhador para o mercado fabril. É necessário analisar a relação trabalho e educação mantendo um diálogo frequente entre eles.

A educação, em geral, legitima a ordem social e mantém o indivíduo ajustado para estrutura social do mercado. Escola e mercado acabam internalizando no indivíduo a necessidade de se tornar submisso às relações que este mercado exige.

A sociedade historicamente, já identifica o indivíduo trabalhador desde a infância. Um dia ou outro a criança hoje, será o trabalhador assalariado de amanhã, e a educação é que vai sujeitá-lo a esta dimensão social.

Nossa capacidade de trabalho será comprada pelo mercado e nesse processo iremos manter a nossa sobrevivência. No entanto, é na escola que se farão os ajustes necessários de forma a garantir uma aprendizagem que mantenha as relações sociais previstas.

A escola é entendida, por excelência, na grande matriz para o aprendizado das relações sociais. O indivíduo procura a escola e a partir dela é ajustado a manter a ordem estabelecida na sociedade e estar apto para o trabalho como um ser moldado.

A lógica aqui defendida é a das políticas educacionais vinculadas à lógica do mercado, ou seja, da produção. A escola, nesse sentido, é pensada em decorrência do perfil solicitado pelas empresas.

É necessário pensar o ser humano na sua totalidade e entender que nem tudo pode ser socializado ou mesmo controlado. Este ser pensa e pode agir na contramão estabelecida. A realidade atual é complexa e permite ter uma visão mais ampla das análises que podem advir das ciências sociais.

A dúvida pode ser um mecanismo de libertação destas ideologias pretendidas pelo mercado através da escola. Os sujeitos do trabalho precisam desenvolver seus protagonismos na busca de saídas para as possíveis incertezas. É necessário duvidar para conhecer outros tempos.

O modelo sociológico da escola prega a legitimação da ordem social e cultural, mas a educação também pode ser um elemento para as mudanças social e cultural na escola, interferindo no currículo, conteúdos, enfim nas relações sociais da escola.

As demandas de produção interferem no espaço educativo e os indivíduos são ajustados a atender as relações sociais de produção. Nesse sentido os sujeitos ficam sem história, sem raízes, valores. Desconsideram tudo dele e o absolutizam para as relações sociais previstas pelo mercado.

Parece que não conhecemos bem a escola, sua história, seu cotidiano. Tudo aparenta secundarizado como objeto de pesquisa. O que importa de fato parece ser o da sua função social na esfera do trabalho.

A escola possui sujeitos que não têm como fugir desse contexto social do mercado, mas que podem usar da denúncia para criar um espetáculo pedagógico diferenciado que pode contribuir com a mudança do papel social desempenhado pela escola. Se nada mudar pelo menos o fator consciência será mais amplo.

A escola parece não ter história própria ficando sua conjuntura vinculada às relações sociais de produção. Precisamos conhecer as bases desse fator e sua organização interna, nosso olhar ainda é restrito.

Historiadores, sociólogos, cientistas políticos, economistas questionam como se dão os processos de aprendizagem na escola, pois está em foco a formação do ser humano. A pedagogia não pode se sentir dona das teorias de formação humana, ela precisa estar aberta para que possa crescer no processo de formação e construção de sujeitos dentro do aspecto da aprendizagem social e cultural.

O processo de educação prioriza o reconhecimento do trabalho como princípio educativo e vai além do simples aprendizado, atingindo pontos como o ser humano protótipo, ideal para a sociedade e para o trabalho.

Formar o ser humano é complexo em função da totalidade das dimensões humanas como seu caráter, autonomia, valores etc., mas se contrasta com as visões estreitas que reduzem a educação ao domínio para a qualificação do indivíduo para o mercado.

A vida precisa ser analisada em sua totalidade, para que se possa ver no trabalho o princípio ativo que a escola defende. É preciso ir além dos processos pedagógicos das relações sociais para encontrar explicações das situações pedagógicas defendidas pela escola, pois o que temos é o mercado dando as regras que não consideram as diversas relações humanas na sociedade, na história com seus valores e suas crenças.

Tal situação acaba por contagiar todo sistema educacional, e o indivíduo não pode perder a noção de sujeito social, assim precisa ter a clareza de que:

(...) todo sistema educacional se estrutura a partir da questão do trabalho, pois o trabalho é a base da existência humana, e os homens se caracterizam como tais na medida em que produzem sua própria existência, a partir de suas necessidades. Trabalhar é agir sobre a natureza, agir sobre a realidade, transformando-a em função dos objetivos, das necessidades humanas. A sociedade se estrutura em função da maneira pela qual se organiza o processo de produção da existência humana, o processo de trabalho. (Saviani, 1986, p. 14)

E a partir dessa afirmação favorece entender os espaços educativos que são afetados pelo trabalho e as políticas de manipulação que estão em jogo nesse processo. A família, a sociedade como um todo, são afetados por esse processo educacional voltado para o mercado e o ser humano tem um cotidiano e uma história que precisa ser considerada e respeitada.

É necessário entender a metodologia do mundo burguês, seus interesses e as relações que o mesmo estabelece no convívio social global. As decepções criadas provocam fome, injustiças sociais e muitas desigualdades. É necessário que o sujeito acorde e perceba que a vida social, nada é natural, tudo é construído. O ser humano é o principal construtor do mundo que habita e o ser social é fruto desta construção, ou seja, ele se constrói na medida em que o mundo é construído.

Nesse sentido a idéia de indivíduo se torna forte e garante a identidade do sujeito, mas é preciso ressaltar que o sujeito não vive só, ele se relaciona e convive com outros seres que também são indivíduos sociais e possuem suas peculiaridades, o que chamamos de idiosincrasias dentro desta construção social de mundo.

É bom ressaltar que toda relação social é conflituosa, e é preciso nos relacionar dentro do senso crítico para sobrevivermos bem, é claro que partiremos do senso comum, o que esperamos é criar cultura, pois cada sociedade funda sua própria cultura a partir das necessidades humanas.

O trabalho é a base de toda estrutura, é ele que garante a ação sobre a natureza e auxilia todo sistema de lucro e organização social em função das necessidades humanas. E com o trabalho se tem a riqueza que domina todo modo de produção capitalista, ou seja, vende-se a mercadoria do trabalho e se consolida as mercadorias que geram o lucro (valor de uso e valor).

Nesse sentido a mercadoria é a matriz de todo o organismo, o qual se tem o dinheiro e o torna em mercadoria e a mercadoria em dinheiro com lucro, ou seja, a mais valia (D-M-D). Então a mão-de-obra é vendida pelo salário e ela gera o lucro que move a economia.

O indivíduo não se reconhece no trabalho realizado, ou seja, o objeto criado com a venda da mão-de-obra e se torna estranho ao processo, e esse fator o torna alienado, destituído do produto criado. E é isso que o capitalismo objetiva, separar o indivíduo do trabalho intelectual e mantê-lo apenas no trabalho manual.

Percebe-se convívio com uma realidade de descaso do sistema formal, cujo desemprego e as exigências do mercado de trabalho excluem muito e dificulta o acesso gerando desigualdades sociais enormes, principalmente com aqueles que já venderam a sua mão-de-obra. O desemprego, a frustração, a idade avançada e o mercado de trabalho restrito fazem com que os sonhos se tornem distantes e as esperanças pouca para uma sobrevivência digna.

Diante da reflexão exposta, fica a necessidade de proporcionar uma alternativa concreta de reconhecimento humano e de valorização do sujeito excluído do processo educacional. Então, dentro do contexto de uma municipalidade, nasce a iniciativa do poder público de propor o resgate da dignidade e de valorização do trabalhador, onde a educação de jovens e adultos e a formação profissional se tornarão uma realidade que alimentará os sonhos de muitos trabalhadores que almejam retornar aos estudos e terem uma formação específica. É bom destacar que, a experiência iniciará com os funcionários públicos municipais de Bonfinópolis. Município este que, conheceremos uma pouco de sua história no capítulo II e as alternativas concretas de PROEJA no capítulo III.

## CAPÍTULO II

### Município de Bonfinópolis - seu contexto geral e educacional

#### 2.1 – Um pouco do contexto educacional brasileiro

Procurar entender o contexto educacional brasileiro é um desafio interessante em função da dinâmica que o mesmo estabelece dentro do contexto histórico, e é importante notar que, para a humanidade, a educação é entendida como um dos meios de transmissão de cultura e de valores morais, sociais, políticos, ideológicos e outros de acordo com cada região. E nessa perspectiva é possível compreender que a educação faz parte da vida do povo como um instrumento gerador de sujeitos capazes de se interagir e construir espaços democráticos de convivência social.

Todos têm a idéia que o campo das ideologias está cheio de boas e más intenções e que a educação não foge a esse contexto e, assim sendo, é possível perceber que influências políticas alteram e muito na forma da construção do sujeito social mantendo-o, na maioria das vezes, alienado e apático ao verdadeiro sentido social.

Tal situação acaba por contagiar todo sistema educacional e o indivíduo não pode perder a noção de sujeito social, assim precisa ter a clareza de que:

(...) todo sistema educacional se estrutura a partir da questão do trabalho, pois o trabalho é a base da existência humana, e os homens se caracterizam como tais na medida em que produzem sua própria existência, a partir de suas necessidades. Trabalhar é agir sobre a natureza, agir sobre a realidade, transformando-a em função dos objetivos, das necessidades humanas. A sociedade se estrutura em função da maneira pela qual se organiza o processo de produção da existência humana, o processo de trabalho. (Saviani, 1986, p. 14)

Pensar a educação é construir valores sociais, é direcioná-la para o bem estar e tornar o sujeito político em suas ações em vista de uma sociedade melhor. E a educação é uma das ferramentas que fará com que nossos jovens e principalmente os adultos sejam incluídos socialmente. Nesse sentido o poder público é responsável em garantir esse direito conforme expressa a Lei 9.394 de 20 de Dezembro de 1996: “O art. 37 diz que a EJA será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.” (LDB).

É importante destacar que a educação de jovens e adultos é uma alternativa social capaz de incluir e trazer o reconhecimento social àqueles que ficaram à margem da educação escolar ao longo dos anos em nosso país. É necessário que o Estado, os municípios, a sociedade organizada se empenhem ainda mais numa educação de qualidade disponível a todos, garantido assim a construção de dignidade social de direito que foi negada ou não oportunizada.

No Brasil, mais recentemente, pensar a educação também é pensar em trabalho, muitos estudam para poderem trabalhar com maior reconhecimento e rendimentos. O grande desafio que se tem é de garantir a mesma situação para aqueles que já trabalham e não tem como conciliar a escola e o trabalho e, por questões de sobrevivência, priorizam o trabalho aumentando ainda mais a exclusão social.

Trabalhar é preciso, é uma necessidade de sobrevivência, então é necessário pensar em soluções advindas do campo político e da sociedade organizada na busca de soluções criativas e dignas para a população trabalhadora que está à margem do processo educacional e que precisa trabalhar.

A situação apresentada descreve aspectos dentro do território nacional, que geralmente reflete a realidade dos pequenos municípios brasileiros, nesse aspecto a cidade de Bonfinópolis não é diferente. Os problemas educacionais e de valorização dos alunos trabalhadores se agravam ainda mais devido à dificuldade que os mesmos têm de conciliarem trabalho e escola. Tal fato desencadeia problemas sociais sérios, que precisam da atenção do setor público local, com políticas educacionais que garantam pequenos sinais de inclusão e valorização do aluno trabalhador.

Tendo em vista a situação apresentada, a Prefeitura Municipal de Bonfinópolis por intermédio da Secretaria Municipal de Educação irá consolidar as parcerias necessárias para a implantação do PROEJA que visa resgatar a dignidade, a cidadania e a valorização do povo bonfinopolino. Como o trabalho é imenso e os recursos são poucos, o projeto contemplará inicialmente os servidores efetivos da Prefeitura Municipal nos seus diversos setores que não concluíram a primeira e segunda fase do ensino fundamental.

Nesse aspecto é importante conhecer um pouco do processo histórico que contribui para a existência do município, destacando sua origem, a sua emancipação política e um pouco de sua realidade atual. É bom destacar que não será um estudo detalhado, mas apenas um resgate da história que contribuirá para a reflexão em questão.



## **2.2 – Origem do município de Bonfinópolis e apresentação de sua realidade sócio-econômica e educacional.**

O atual município de Bonfinópolis está localizado a 33<sup>2</sup> km de Goiânia, capital do Estado, com um território de 122, 257 Km<sup>2</sup>, sendo que destes 118 Km<sup>2</sup> são de área rural e 4, 257 Km<sup>2</sup> de área urbana. Sendo vizinho de municípios como: Goianópolis, Leopoldo de Bulhões e Senador Canedo.

Bonfinópolis teve suas origens na década de 1930 com um pequeno povoado que recebeu o nome de “36” devido à distância com Goiânia ser a mesma do nome. E começou seu crescimento com a expansão da ferrovia que acabou construindo uma estação ferroviária no local, fato que contribuiu para atrair moradores a se estabelecerem na região. Outro fator que contribuiu muito para o crescimento populacional foi a construção de Goiânia, consolidando ainda mais a futura cidade de Bonfinópolis.

Em 1º de janeiro de 1959, o prefeito de Leopoldo de Bulhões, Mário Rodrigues da Paixão, eleva o povoado conhecido como “36” a distrito de Bonfinópolis, que teve esse nome em homenagem a Bonfim, hoje Silvânia. E por fim, em 15 de novembro de 1987 é realizado junto à população um plebiscito que contribuiu com a criação do município de Bonfinópolis como se segue:

Um requerimento elaborado pelo Deputado João Natal deu origem ao Projeto de Lei nº 10.408, de 30 de dezembro de 1987, criando o município de Bonfinópolis, desmembrado do município de Leopoldo de Bulhões. Pelo Processo nº 1.264/85 ficou concretizada a criação e finalmente a Lei foi publicada no Diário Oficial de 27 de janeiro 1988. (IBGE 2007).

Diante da nova lei de criação do município, a primeira eleição municipal foi realizada em 16 de abril de 1989 e a instalação do mesmo se deu em 1º de junho de 1989, e somente a partir daí é que o novo município começou a construir e organizar melhor sua infra-estrutura.

Bonfinópolis teve sua primeira escola municipal de 1º grau criada em 1989, atualmente com o nome de Escola Municipal Hermínio Lemes. A segunda em 1995 com o nome de Escola Municipal João Natal de Almeida. E por último, em 2008, a Escola

---

<sup>2</sup> Antes da chegada do asfalto, a cidade de Bonfinópolis ficava a 36 km da capital Goiânia, hoje essa distância está em 33 km.

Municipal Trilhos do Saber 36, hoje denominada Escola Municipal Vilson Gonçalves de Oliveira.

Em 1991 o censo informou a primeira estatística oficial sobre população do município, onde se tinha 3.324 habitantes, desses 2.743 em zona urbana e 581 na rural. E mais tarde, o IBGE apontou outros dados do crescimento populacional sendo no ano de 1996 4.303 habitantes, no ano 2000 de 5.353 e em 2007 de 6.744 habitantes.

Com esse aumento populacional o município deveria crescer com as devidas estruturas sociais mínimas, mas segundo o que diz o Plano Diretor do município a situação não é bem assim, há graves problemas sociais, observe:

O Índice de Desenvolvimento Econômico (IDE), que utiliza como indicadores a infra-estrutura, a qualificação da mão-de-obra formal e o PIB per capita municipal, é inferior aos dos municípios limítrofes, visto que o município tem problemas no que se refere à geração de emprego, principalmente no setor privado; renda e infra-estrutura, ainda não há rede de esgoto nem aterro controlado. Ainda, a baixa escolaridade da população, pois cerca de 40% da mesma tem menos de 4 anos de estudo (PNUD 2004).

(Bonfinópolis, 2008, p. 15).

Os problemas sociais são grandes e a população sofre muito com tudo isso, tendo em vista que a cidade não consegue oferecer trabalho digno para todos que necessitam e muito menos as soluções para as diversas situações citadas acima em curto prazo. Nesse aspecto aqueles que necessitam do trabalho para sobreviver acabam fazendo o famoso bico, conforme sustenta o Plano Diretor da Cidade:

A população economicamente ativa é de 2.595 habitantes. Destes, 1.655 (63,77%) estão empregados, sendo que 932 estão na informalidade. Este número chama a atenção, visto que a maioria dos trabalhadores (56,31%) está na informalidade, sendo necessária a atenção por parte dos agentes públicos, já que estes estão desprovidos dos direitos básicos do trabalhador (férias, 13º salário e outros). Além da perda de receita sofrida pelo município com esta situação. (Bonfinópolis, 2008, p. 15 e 16.).

Vale destacar que a cidade tem o transporte coletivo para Goiânia, onde grande parte de nossa população economicamente ativa enfrenta os ônibus que vão e que vêm super lotados para garantir o sustento da família. Tal situação gerou o termo “Cidade Dormitório” por muitos em Bonfinópolis, em função da população ir pela manhã para o

trabalho na Capital e voltar à tarde apenas para dormir. Essa dependência econômica é confirmada pelo Plano Diretor do Município:

O município de Bonfinópolis, no âmbito econômico, tem uma dependência quase total da Capital, pois a capacidade do município de gerar emprego e renda ainda é pequena e pouco estimulada, sendo o serviço público o maior gerador de emprego formal. (Prefeitura de Bonfinópolis, 2008, p.61).

Nesse aspecto o município apresenta grandes dependências econômicas do poder público estadual e federal, tendo em vista que a arrecadação de impostos é baixa e os repasses como o FPM (Fundo de Participação dos Municípios) e outros não são suficientes para as despesas. E o que agrava mais é a falta de oferta de trabalho que obriga a população a depender de municípios vizinhos como Goiânia. O poder público municipal precisa demonstrar ousadia, buscar um diálogo eficaz com empresários e construir uma política de incentivo atraente, que estimule o comércio local e atraia indústrias para o município.

É notório que industrializar um município e oferecer as condições dignas de empregabilidade não é missão fácil para um curto prazo, mas devem ser discutidas coletivamente, buscar as parcerias necessárias, traçar metas bem planejadas e articuladas e, sobretudo uma política de incentivo que ofereça as condições necessárias para os empresários verem o município como ponto estratégico para o estabelecimento de suas empresas.

E para que isso se torne uma realidade o poder público municipal necessita de incentivar e de oferecer condições para que seus cidadãos procurem também se capacitarem em cursos técnicos e que tenham no mínimo o ensino médio, pois boa parte da população não tem nenhuma especialidade ou mesmo concluíram a educação básica. Observe o que diz os dados do IBGE - 2001, conforme pesquisa das pessoas residentes em Bonfinópolis no aspecto instrução:

**Tabela 01 – dados de pessoas residentes em Bonfinópolis - GO / 2001**

Pessoas residentes - 10 anos ou mais de idade - sem instrução e menos de 1 ano de estudo - municípios vigentes em 2001	518 habitantes
Pessoas residentes - 10 anos ou mais de idade – 1 a 3 anos de estudo - municípios vigentes em 2001	1014 habitantes
Pessoas residentes - 10 anos ou mais de idade – 4 a 7 anos de estudo - municípios vigentes em 2001	1823 habitantes
Pessoas residentes - 10 anos ou mais de idade – 8 a 10 anos de estudo - municípios vigentes em 2001	455 habitantes
Pessoas residentes - 10 anos ou mais de idade – 11 a 14 anos de estudo - municípios vigentes em 2001	457 habitantes
Pessoas residentes - 10 anos ou mais de idade – 15 anos ou mais de estudo - municípios vigentes em 2001	09 habitantes

Fonte: IBGE – Cidades, 2001

Torna-se necessário uma ação bem planejada por parte do poder público municipal, no sentido de focar a questão do analfabetismo em Bonfinópolis objetivando eliminá-lo e criar um espaço de inclusão educacional. Segundo dados do IBGE, 2000 ainda há uma taxa de 16% de analfabetismo que precisa ser superada. (Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Censo Demográfico de 2000). Pelo contrário, corre-se o risco de ver esse número aumentar ou ainda dos jovens deixarem a escola mais cedo, observe a matéria publicada na internet em 20 de setembro de 2008:

Dados do IBGE (instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), apontam que existem quase dois milhões de jovens fora das escolas. Este fato demonstra a calamidade que se encontra a Educação do País e como a população não tem acesso algum às suas necessidades mais elementares. (CAUSA OPERÁRIA on-line. Disponível em: <[http://www.pco.org.br/conoticias/ler\\_materia.php?mat=9076](http://www.pco.org.br/conoticias/ler_materia.php?mat=9076)> Acesso em: 21 fev. 2009).

A matéria ainda reforça o problema quando afirma o anúncio feito em 18/09/08 que:

Foi anunciado os dados da Pnad (Pesquisa nacional por Amostra de Domicílios), apontando que cerca de 1,8 milhões jovens entre 15 e 17 anos estão fora da escola. Ou seja, nos últimos anos o número de estudantes brasileiros tem diminuído sistematicamente, existem menos jovens nas escolas e mais jovens desocupados, submetidos à violência das ruas, ao crime ou aos trabalhos mais precários possíveis. (CAUSA OPERÁRIA on-line. Disponível em: <[http://www.pco.org.br/conoticias/ler\\_materia.php?mat=9076](http://www.pco.org.br/conoticias/ler_materia.php?mat=9076)> Acesso em: 21 fev. 2009).

Nessa perspectiva o poder público municipal deve iniciar o processo de inclusão educacional com os seus servidores efetivos que não concluíram sequer o ensino

fundamental e não tem nenhuma especialidade técnica. O que se está propondo aqui é o objetivo maior desse trabalho, implantar uma experiência de PROEJA no município de Bonfinópolis com o funcionalismo público municipal que não conseguiu começar ou concluir o ensino fundamental (1º ao 5º e 6º ao 9º).

O conhecimento dos dados do departamento de pessoal serão necessários, uma vez que, é nesse espaço que essa realidade se mostrará melhor com o levantamento de dados funcionais e pessoais de cada servidor. Mas antes é importante conhecer a forma de entrada do cidadão no serviço público.

O ingresso ao serviço público da Prefeitura de Bonfinópolis ocorre conforme estabelece a Lei nº. 415/2005 de 11 de maio de 2005, que aprovou o Estatuto do Servidor Público. Onde no Título I – Do Provimento e da Vacância, Capítulo I – Disposições Gerais em seu art. 3º inciso I ao III apresenta de forma detalhada a forma de contratação que o poder executivo pode usar para legalizar a admissão do servidor público municipal. O mesmo pode ser admitido por meio de concurso público para provimento efetivo, comissionado ou em caráter temporário.

É importante também destacar que, a Lei nº. 487/08 de 03 de junho de 2008 reformula a lei nº. 415/2005, descrevendo melhor a conjuntura de todos os cargos do serviço público municipal, focando a implantação e gestão do Plano de Carreira, bem como o Sistema de Classificação de cargos. O parágrafo único do art. 1º descreve o seguinte:

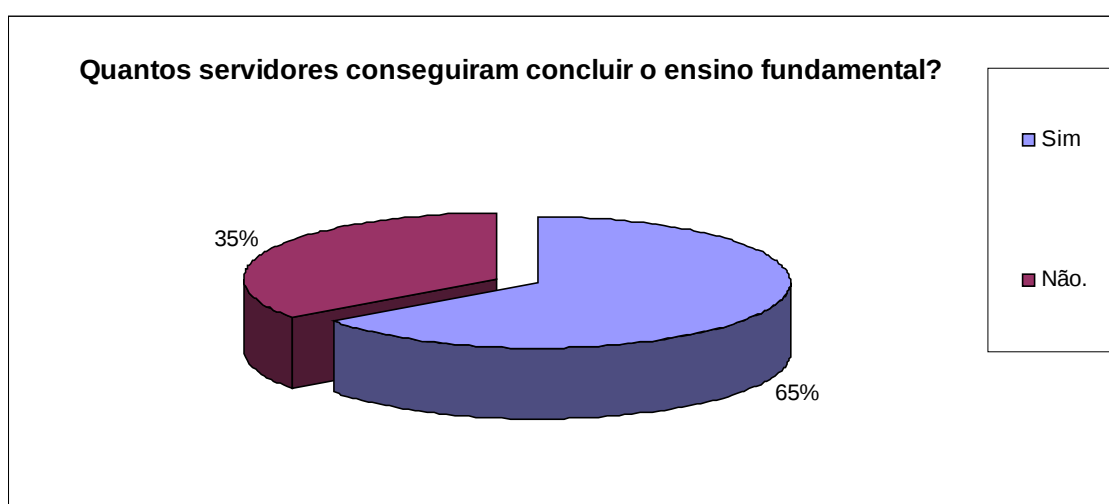
O sistema de classificação e o Plano do Servidor instituído por esta lei, têm por objetivos a estruturação do quadro de pessoal, a valorização da função pública, o incentivo ao aperfeiçoamento e ao desenvolvimento profissional do servidor, a melhoria da qualidade e eficiência do serviço público e a continuidade da ação administrativa.

A lei reafirma o compromisso do poder público em organizar e definir com clareza o objetivo de cada cargo, seus direitos, deveres e as possibilidades de carreira para os efetivos. Além de legalizar a promoção horizontal e vertical para os servidores de caráter efetivo. Então partindo desse princípio, a proposta dessa pesquisa é encontrar possibilidades, alternativas que contribuam, dentro de um processo reflexivo, em ações viáveis para motivar os servidores efetivos a voltarem aos estudos.

### 2.3 – Conhecendo um pouco da realidade educacional dos servidores públicos municipais da Prefeitura de Bonfinópolis.

Uma pesquisa<sup>3</sup> foi realizada em três secretarias municipais, sendo elas transporte, saúde e educação. A escolha dessas áreas é por concentrar o maior número de funcionários que ainda não concluíram o ensino fundamental. São pessoas que por diversos motivos não encontram motivação para o retorno aos estudos. Enquanto que, nos outros órgãos da administração pública, a maioria já concluiu o ensino médio, veja:

**Gráfico 01 – Servidores que concluíram o ensino fundamental**

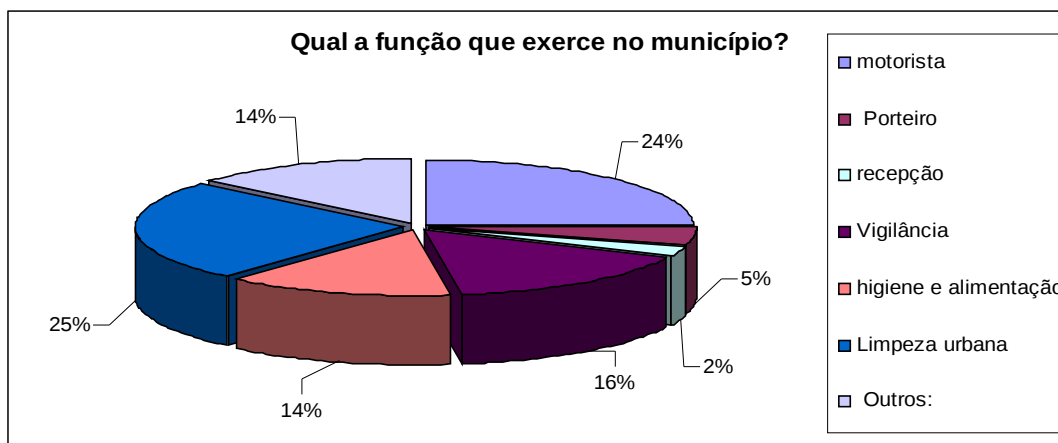


A Prefeitura de Bonfinópolis tem registrado em seu quadro de pessoal um total de 284 servidores efetivos que estão distribuídos da seguinte maneira, 124 na administração, 61 na saúde e 99 na educação (Dados do departamento de pessoal da referida prefeitura). É interessante notar que os 35 % de servidores que ainda não concluíram o ensino fundamental (1º ao 9º ano) são funcionários que estão atuando na secretaria de transporte como vigia, limpeza urbana, motoristas, eletricitista, higiene e alimentação. Na secretaria de saúde estão como vigia, na recepção, na higiene e alimentação. E na secretária de educação como vigia, porteiros, merendeiras, limpeza e auxiliares de secretaria.

Nessas três áreas da administração pública municipal se concentram a maior parte dos servidores que não concluíram o ensino fundamental, observe abaixo:

<sup>3</sup> Questionário elaborado com auxílio da professora orientadora, visando facilitar o conhecimento do perfil dos funcionários municipais em função da implantação do PROEJA. Disponível no anexo desse trabalho.

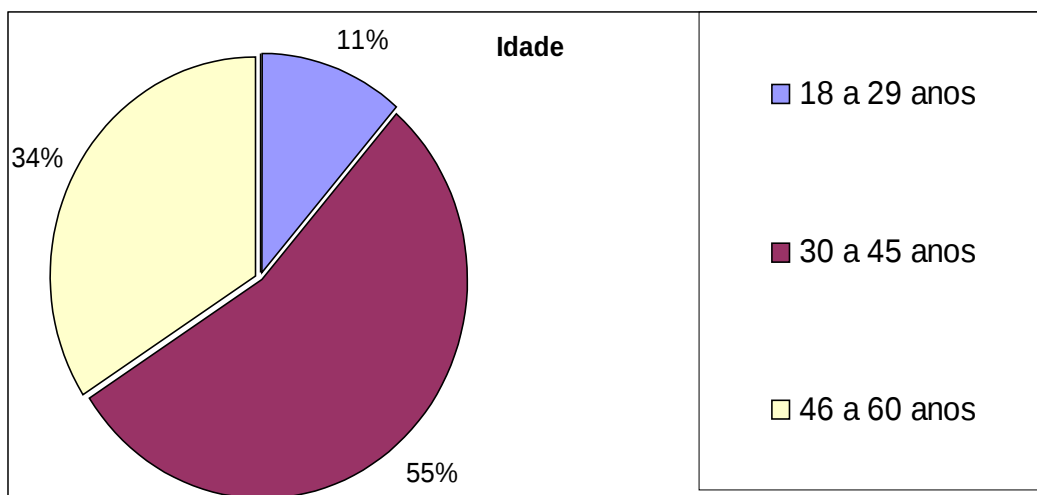
**Gráfico 02 – Função que os servidores exercem no município**



Tendo em vista a informação acima foram priorizadas essas três áreas, onde a pesquisa foi feita por meio de entrevistas por amostragem. E no processo foram escutadas 51 pessoas, onde 44 aceitaram responder e 7 não, mas não houve nenhum constrangimento por parte de nenhum servidor, esses sete não responderam por apresentarem certo grau de vergonha.

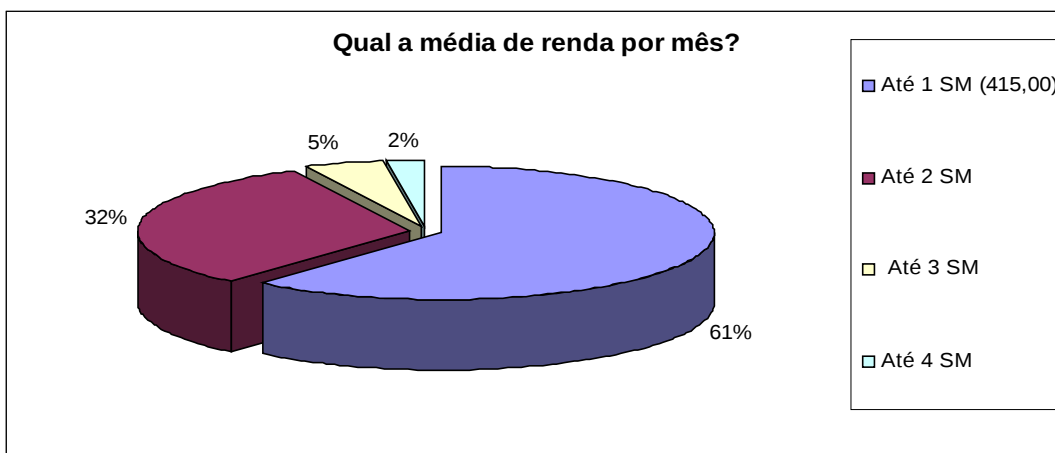
A pesquisa apontou que a maioria dos entrevistados tinha idade entre 30 a 45 anos, e os mesmos apresentavam pouca expectativa em voltar aos estudos por não perceberem nenhuma oportunidade de acréscimo financeiro. No ponto de vista deles, o aspecto financeiro manda muito, em função da qualidade de vida e sobrevivência.

**Gráfico 03 – Idade dos servidores**



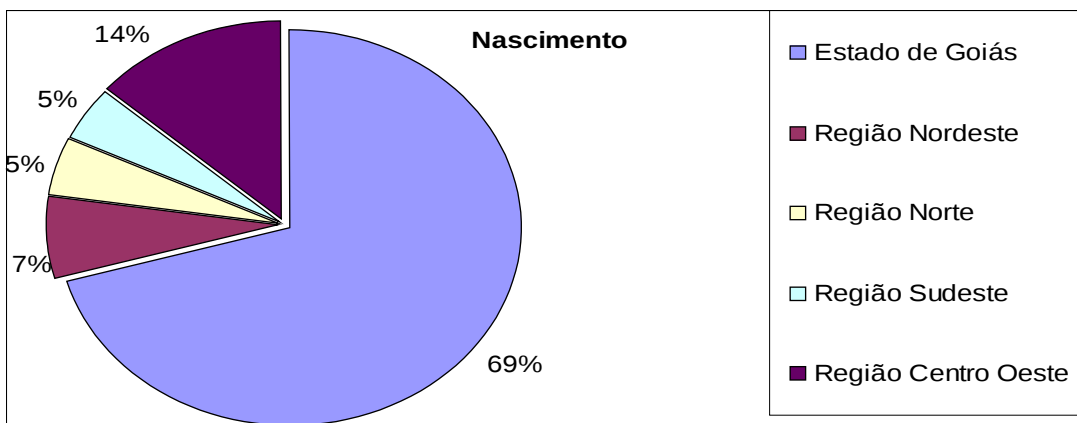
É unânime a manifestação de todos quando se fala em estudo nesse momento da vida sem o retorno financeiro. “Estudar por estudar chega” é o que diz a maioria. A distribuição de renda em Bonfinópolis é baixa e o salário que o município paga não atende bem as necessidades básicas de sobrevivência, acompanhe na tabela abaixo quando se questionou a renda mensal:

**Gráfico 04 – Média salarial mensal**



A maioria dos servidores nasceram em cidades goianas e vieram para Bonfinópolis por questões familiares, busca de melhores opções de emprego pela proximidade com Goiânia uma vez que, a cidade possuía lotes com preços mais baixos e atrativos além de contar com o transporte coletivo. Mas as situações foram diversas que os mesmos acabaram se empregando no próprio município como contratos temporários, e por fim regularizaram sua situação por meio de concurso público.

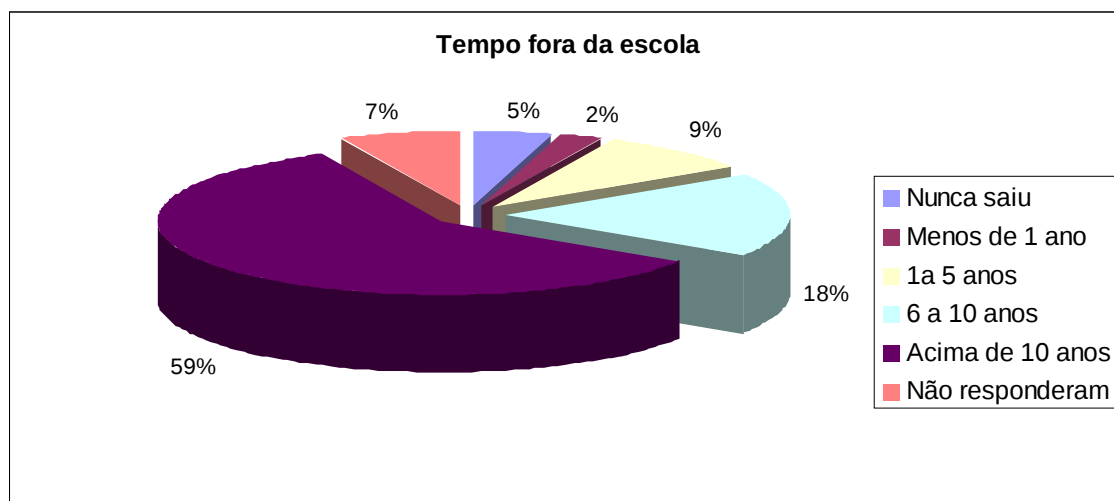
**Gráfico 05 – Região de nascimento dos servidores**





A pesquisa visou conhecer melhor o servidor público efetivo e proporcionar ao mesmo a oportunidade de voltar aos estudos. Nesse caminho é interessante conhecer o tempo que o mesmo ficou fora da escola, e traçar a partir desse as possíveis ações que poderão ser adotadas para entusiasmar e convencer da importância de voltar aos estudos.

**Gráfico 06 – Tempo em que os servidores permaneceram fora da escola**



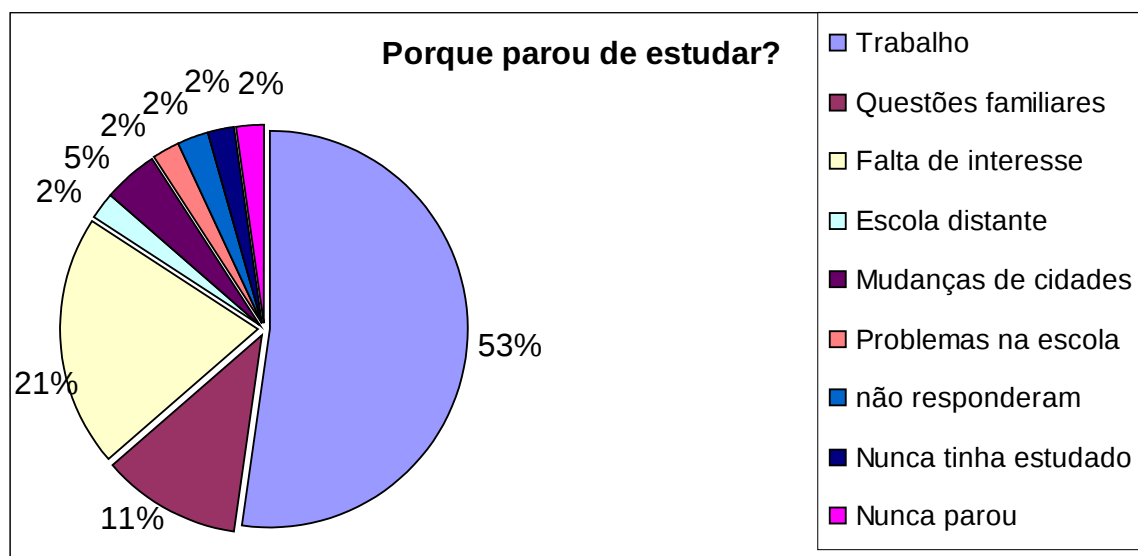
No diálogo muitos afirmaram que a escola não vai ajudar a melhorar a vida deles agora, mas reconhecem que a educação escolar é fundamental para seus filhos e o crescimento social. É notório em cada um a angústia do salário baixo, a falta de oportunidade para o crescimento profissional. Essas pessoas querem apostar agora é no sucesso dos filhos, e uma frase que expressa o sentimento da maioria é: “meu tempo já passou, agora preciso encaminhar meu filho”.

A família bonfinopolina é humilde e preserva muitos valores de uma cidade de interior, apesar de sua aproximação com a Capital do Estado. Esse sentimento contribui para que, o diálogo com os servidores municipais, possam se consolidar em alternativas de reconhecimento pelos serviços prestados e a abertura de novas frentes de trabalho, bem como de novas opções de escolha no campo profissional. Então, conhecer os motivos, as angústias desses servidores e propor soluções políticas e coletivas são passos interessantes para o crescimento de todos e o resgate da cidadania que foi negada a esses cidadãos. É bom sempre destacar que, a maioria deles sentem-se filhos da terra e querem que o município os reconheça melhor no campo profissional.

Os motivos que levaram a abandonar a escola foram diversos, mas no quadro

abaixo será possível conhecer alguns deles, vejamos:

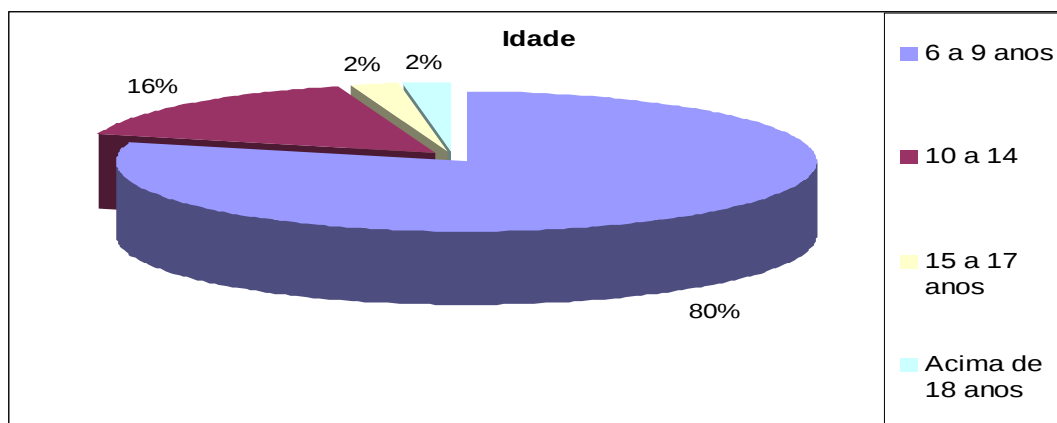
**Gráfico 07 – Motivos que levaram os servidores a pararem de estudar**



Como pode ser observado no gráfico acima, a necessidade pelo trabalho ocasionou em 53% dos entrevistados a necessidade de deixarem a escola e lutarem pela sobrevivência sua e de sua família no dia-a-dia. E a respeito desse assunto, não há muito que discutir, pois o dito popular “a necessidade faz o sapo pular” representa muito bem a situação desses trabalhadores e com certeza não é tão diferente nas diversas realidades do país.

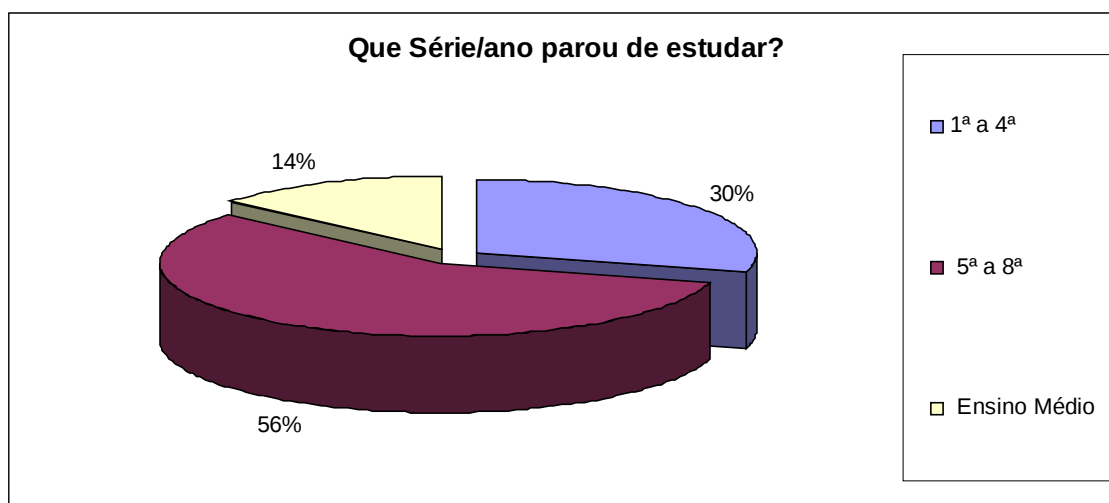
No diálogo com os servidores municipais, é fácil de perceber que os mesmos entraram na escola em tempo hábil e que se esforçaram para concluírem, pelo menos o 8º ano como muitos ainda dizem. O ensino médio era objetivo para poucos, pois a realidade social da época não oferecia muita motivação e a grande maioria deles vem de famílias com pouco estudo ou nenhum. Ao questionar com que idade entrou na escola pela primeira vez, responderam conforme se apresenta no quadro abaixo, veja:

**Gráfico 08 – Idade em que os servidores entraram na escola pela primeira vez**

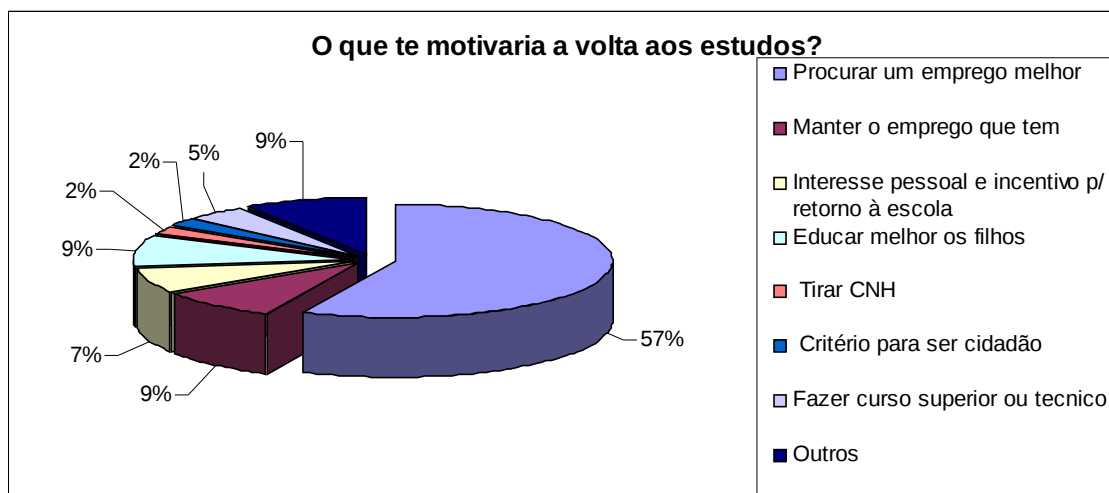


Como já foi dito a necessidade pelo trabalho obrigou muitos dos servidores a deixarem a escola e a buscarem a responsabilidade de sobrevivência mais cedo. Mas o fato positivo é que muitos deles afirmaram que tentaram muito terminar pelo menos da 5ª a 8ª série, hoje 6º ao 9º ano, e o quadro abaixo reflete muito bem isso:

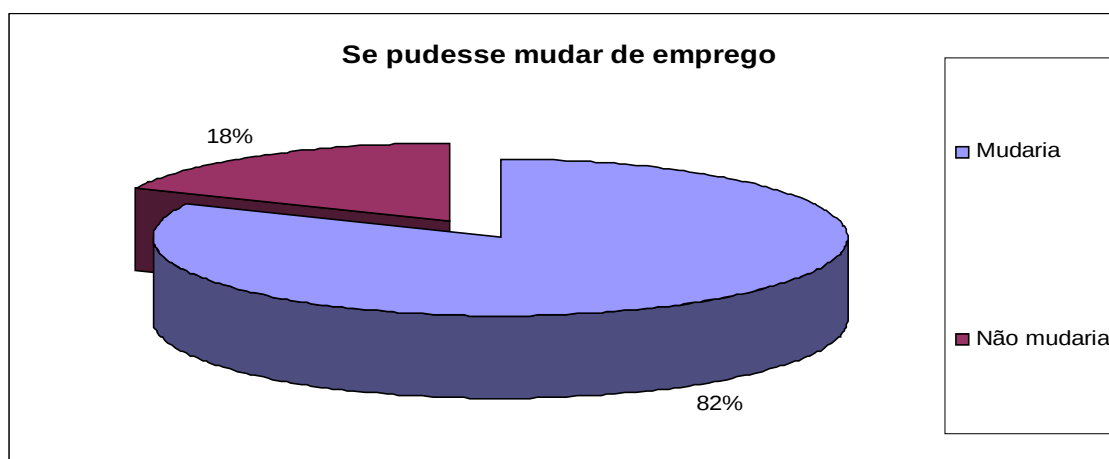
**Gráfico 09 – Servidores que deixaram a escola**



Todo sujeito é passível de mudanças sociais, culturais, emocionais e etc. Oportunizar espaços é também, responsabilidade do poder público municipal. Oferecer espaço de diálogo, reconhecimento profissional, valorização do seu desempenho com aumento salarial, possibilidade de conciliar trabalho e escola e outros são caminhos que poderão motivar esses servidores a retornarem a escola. Nesse sentido ao serem questionados, responderam:

**Gráfico 10 – Motivação em voltar a estudar**

Como se observou, a maioria deseja estudar se o estudo representar de fato uma mudança na vida profissional dos servidores. A necessidade por melhores salários é o objetivo de todos. E o retorno aos estudos, nesse primeiro momento, não é por questões de interesse pessoal, sonho, novas possibilidades, mas sim um jeito de melhorar a renda familiar. É bom destacar que, consciência da importância dos estudos eles têm, só que o desgaste e a exclusão que os mesmos sentem do processo de ensino ao longo dos anos, não os fazem acreditar de imediato que, para eles haja alguma alternativa imediata e eficaz. Então mudar de emprego é uma situação que a maioria está preparada se obtiver melhores salários, acompanhe no gráfico abaixo:

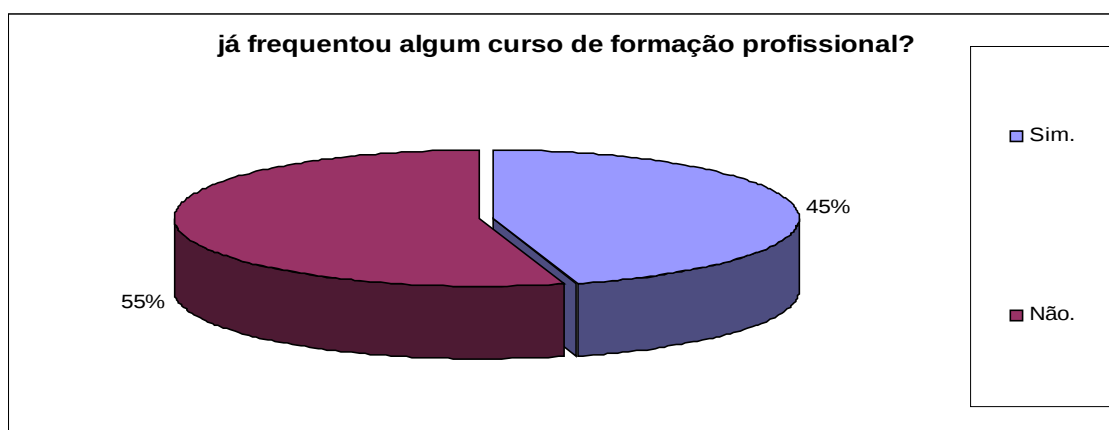
**Gráfico 11 – Mudança de emprego**

Oportunizar melhores condições de trabalho e renda é um princípio que todos defendem e almejam. O poder público municipal poderá gerenciar a questão, e propor

alternativas capazes de melhorar a vida profissional desses servidores, motivando-os ao mesmo tempo, a continuarem os estudos.

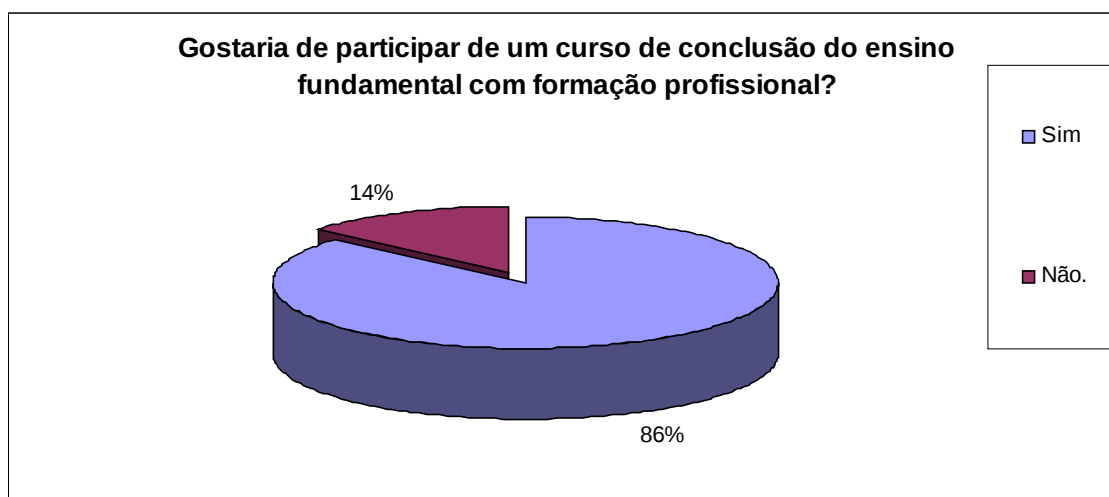
Grande parte dos entrevistados acredita terem feito algum curso de formação profissional que os qualifique, de fato para o mercado de trabalho, veja:

**Gráfico 12 – Participação em curso de formação profissional**



A verdadeira realidade é que, apesar dos entrevistados afirmarem que possuem alguma formação profissional, o fato não condiz com a realidade, pois grande parte deles conhece ou já tiveram alguma experiência como pedreiro, carpinteiro, mecânica, entre outras, mas no momento em que o esclarecimento é feito os mesmos mudam de opinião e declaram que desejam participar de curso de formação profissional e que sentem o desejo de terminarem o ensino fundamental ao mesmo tempo:

**Gráfico 13 – Participação em curso de conclusão do ensino fundamental com formação profissional**



A entrevista deixou claro que, os servidores da Prefeitura Municipal de Bonfinópolis sentem o desejo de concluírem o ensino fundamental associado a um curso de formação profissional. Entretanto, é bom lembrar que, se o mesmo representar aumento salarial e crescimento profissional, caso contrário, a situação se fecha em si mesma. O campo da consciência, nesse momento, ainda aparece menor em relação ao da necessidade de sobrevivência.

## CAPITULO III

### **Proeja- FIC - O município de Bonfinópolis a um passo da Integração da Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional**

#### **3.1- Propostas de uma Educação de Jovens e adultos e Ensino Profissionalizante Integrados**

Um ensino que tenha a perspectiva de PROEJA (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos), com certeza trará novos desafios para a elaboração de uma proposta educacional concreta e consolidada, que vise uma política que garanta a inclusão social e contribua para a construção de um sujeito emancipado.

O processo educacional precisa trazer mudança na vida do aluno durante a formação. E que o mesmo possa se relacionar com o mundo social que faz parte de maneira consciente, sabendo julgar e construir possibilidades de convívio social. E nessa perspectiva, precisa garantir uma ampliação da leitura de mundo e um relacionamento efetivo na interpretação dos processos sociais. Enfim, propor uma formação completa. Para tanto, a formação profissional aliada à escolarização será um caminho saudável para estabelecer de fato a formação integral.

É necessário estabelecer alguns limites dentro do contexto da integração que está sendo proposto, pois nosso objetivo é focar os funcionários efetivos que não concluíram o ensino fundamental do Município de Bonfinópolis. E nesse caminho, o objetivo é fazer uma reflexão fundamentada da integração entre a formação inicial e continuada dos servidores que não têm a primeira e segunda fase do ensino fundamental concluída, ou seja, do 1º ao 5º ano e 6º ao 9º ano respectivamente.

E nos anos finais do ensino fundamental, construir efetivamente uma proposta de Educação de Jovens e Adultos com a Educação Profissional. E garanta que todo o processo seja atrativo e significativo para o público da EJA. Nesse aspecto, o Projeto Político Pedagógico bem elaborado e construído coletivamente representará o perfil apropriado para esse público.

A proposta de trabalho construída coletivamente contribui efetivamente para ações mais coerentes, envolvimento de todos, resultados satisfatórios que estimulam a

participação, o trabalho educacional bem definido e faz com que os envolvidos convivam em comunidade de maneira consciente compreendendo melhor a sociedade onde estão inseridos.

O Projeto Político Pedagógico precisa garantir a formação continuada dos professores, e ao mesmo tempo, apresentar um diagnóstico preciso da realidade em que os alunos da EJA estão inseridos. Pois, em se tratando de um público diferenciado e que trabalha, a metodologia pedagógica necessita ser bem definida e elaborada coletivamente a partir do diagnóstico feito. Caso contrário o fracasso é certo e o abandono será inevitável.

Nesse sentido, a evasão é um desafio sério que precisa ser enfrentado por toda a equipe escolar, pois as razões que alimentam a existência da mesma são variadas, e a cada dia contribui para gerar ainda mais exclusão. E o sujeito em questão, é um trabalhador que, em sua maioria, possui idade avançada e carrega consigo dificuldades de sobrevivência em função da má distribuição de renda. Acompanhe logo abaixo as possibilidades que levam a evasão escolar:

Coerentemente com essa realidade, o diagnóstico já mencionado revela que alguns motivos de evasão são recorrentes: nível socioeconômico; dificuldade para conciliar trabalho, família e estudo, assim como horário de trabalho e horário escolar; não-adaptação à vida escolar; tipo de proposta pedagógica da escola; mudança no horário de trabalho; gravidez; novo emprego; mudança de endereço residencial; baixo desempenho e reiteradas repetências; cansaço; problemas de visão; problemas familiares; distância da escola; doenças; transporte; horário; período de safra na zona rural; dupla ou tripla jornada de trabalho; processo avaliativo deficiente e excludente; migração para outras cidades/bairros; e baixa auto-estima. (BRASIL, 2007, p. 18).

O trabalho pedagógico precisa ser comprometido com essa causa social, de inclusão e valorização do sujeito afastado dos seus direitos sociais. E o ensino fundamental na modalidade Educação de Jovens e Adultos precisa propor significação no processo escolar, visando estimular e incentivar esses sujeitos a não desejarem apenas o certificado, mas que também valorizem o conhecimento cognitivo.

A formação educacional deve possibilitar uma construção consciente do sujeito aluno, que pela qualificação profissional obtida concomitante com a formação básica estará preparando o indivíduo para o mundo do trabalho, onde poderá interpretar a realidade social que o cerca, e propor alternativas por meio de conhecimentos lógicos. Nesse aspecto, o aluno da EJA se constrói consciente de seu mundo e valoriza a sua formação inicial e continuada, observe:



Nesse contexto, a integração da formação inicial e continuada de trabalhadores com o ensino fundamental na modalidade EJA é uma opção que tem possibilidade real de conferir maior significado a essa formação, pois tem o poder de incidir diretamente na melhoria da qualificação profissional dos sujeitos aos quais se destina. Não se trata, de maneira alguma, de subsumir o conteúdo propedêutico do ensino fundamental a uma preparação para o mundo do trabalho, mas sim de garantir a totalidade do primeiro integrando-o à segunda. (BRASIL, 2007, p. 19).

O município de Bonfinópolis irá implementar uma política voltada para o atendimento aos servidores efetivos que não concluíram o ensino fundamental na faixa etária denominada “regular”. Esses sujeitos, em sua maioria, não têm nem a escolarização mínima e nem qualquer tipo de formação profissional exigidas até mesmo para as tarefas mais simples do cotidiano, e em especial, para o mundo do trabalho. Esse cidadão, então, necessita associar a elevação de sua escolaridade a uma formação profissional, ainda que modesta no início desse processo, mas que trará efeitos significativos para o público da EJA:

Diante dessa realidade, a integração da Educação Profissional/formação inicial e continuada com o ensino fundamental na modalidade Educação de Jovens e Adultos visa contribuir para a melhoria das condições de inserção social, econômica, política e cultural dos jovens e adultos que não concluíram o ensino fundamental. Assim, essa nova possibilidade educativa considera as especificidades do mundo do trabalho, mas não se restringe a elas. (BRASIL, 2007, pág. 20)

A política de integração da Educação Profissional/ formação inicial e continuada com o ensino fundamental na modalidade Educação de Jovens e Adultos é fundamentada tanto na Constituição Federal, de 1988, quanto na LDB, de 1996. A Constituição brasileira no seu artigo 205 esclarece que “a educação, direito de todos e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. E no artigo 227, define a profissionalização como um dos deveres da família, da sociedade e do estado a ser assegurado “com absoluta prioridade”. E a LDB no parágrafo 2º do artigo 1º estabelece que a educação “deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social”.

O Decreto nº 5.154/2004 vinculou a educação escolar e mundo do trabalho, e ao mesmo tempo regulamentou o capítulo III da LDB. E em 2005, surge o Decreto nº 5.478,

que instituiu o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional Técnica de Nível Médio ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. E em 2006, foi promulgado o Decreto nº 5.840, que substituiu o Decreto nº 5.478/2005 e ampliou o programa, passando a contemplar o ensino fundamental.

Nesse aspecto, o PROEJA para o ensino fundamental, será organizado de forma integrada, onde os conhecimentos específicos da Educação Básica serão associados com os de uma determinada área profissional. Essa vinculação contribuirá para a qualificação profissional no mundo do trabalho, sua valorização no campo social, e, sobretudo, no resgate da cidadania. E sobre esse assunto o documento base do PROEJA afirma:

Assim sendo, a Política de integração da Educação Profissional à Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, seja no ensino médio ou no ensino fundamental, visa à superação desses programas focais, fragmentados, imediatistas, assistencialistas e de puro treinamento centrado no mercado de trabalho e na empregabilidade. (BRASIL, 2007, p. 25).

O sujeito da EJA é um cidadão trabalhador, e traz consigo múltiplas experiências que necessitam de atenção do educador. E para que a implantação de uma educação de PROEJA se estabeleça, será necessário construir um currículo que integre bem as áreas de conhecimento e a diversidade cultural vivida pelo educando. Nessa linha, haverá a possibilidade de um diálogo concreto entre o sujeito que aprende e o que ensina. E o mundo do trabalho será considerado no campo de aprendizagem como princípio educativo, veja:

O trabalho como princípio educativo é, essencialmente, uma concepção que se fundamenta no papel do trabalho como atividade vital que torna possível a existência e a reprodução da vida humana e, conseqüentemente da sociedade. Assim, é fundamental para a sua compreensão, (BRASIL, 2007, p. 27 e 28).

O aluno da EJA, nessa modalidade de ensino que está sendo proposta, necessita conhecer bem a diferença entre o conhecimento científico e o conhecimento do senso comum. E a partir daí, estabelecer uma conexão entre teoria e prática no contexto social em que convive e o mundo do trabalho que está inserido ou sendo preparado. Nesse caminho, a integração entre a Educação Básica e Profissional poderá contribuir para uma formação mais completa e que responda as necessidades do educando, dentro de um

mundo repleto de novas tecnologias e técnicas, que o trabalhador precisa conhecer e dominar bem para não ser excluído do mundo do trabalho que é exigente.

Com esse princípio, se faz necessário priorizar áreas na administração pública em Bonfinópolis que serão destacadas a partir dos dados coletados. Essa discussão será apresentada e fundamentada no item que se seguirá abaixo.

### **3.2 - Profissões que poderiam ser incorporadas ao conteúdo do ensino fundamental na proposta de EJA e Educação Profissional**

O maior percentual de servidores efetivos do município de Bonfinópolis que não concluíram ou apenas começaram a cursar o ensino fundamental, estão vinculados à prefeitura exercendo uma das quatro funções que se destacam nos dados do gráfico 02, localizado na página 30 deste trabalho, onde aponta as principais áreas ocupadas pelo público alvo em questão que são por ordem: limpeza urbana 25%, motoristas 24%, vigia 16% e higiene e alimentação 14%.

É importante considerar esse dado, e propor uma integração de Educação de Jovens e Adultos com a Formação Profissional dentro dessas quatro áreas apresentadas. Nesse aspecto, os servidores estariam sendo valorizados em seu campo de atuação e se preparando para outros possíveis campos de trabalho. Mas, o importante é que, estariam sendo resgatados e respeitados como cidadãos que merecem esse espaço social com uma educação que atenda e compreenda a realidade de cada um.

O conhecimento, as competências e habilidades mínimas de uma educação no ensino fundamental seriam mantidas dentro de uma programação clara e objetiva. E entendendo que, o aluno em questão, é adulto e trabalha e possui uma realidade social como referência. Então, o currículo deverá ser organizado para atender essa realidade, visando garantir a permanência com as aulas que sejam motivadas e apresentem como um dos objetos de reflexão, o contexto de vida dos educandos da EJA.

Uma vez identificadas as quatro áreas de trabalho que são motoristas, limpeza urbana, vigia e higiene e alimentação, estas serão referência para a implantação do PROEJA nesse primeiro momento, onde EJA e EP serão integrados na realidade educacional no município de Bonfinópolis.

É de fundamental importância, fazer uma descrição de cada uma das profissões apresentadas e o conhecimento mínimo exigido em cada uma, além é claro, das habilidades, competências e atitudes dos profissionais de cada área. O Ministério do Trabalho pela Classificação Brasileira de Ocupações - CBO, em sua página na internet, disponibiliza importantes informações que servirão para maiores esclarecimentos em cada área de serviço escolhida. Nessa perspectiva, será apresentada cada uma de forma objetiva, apenas para apontar o perfil que se pretende no campo profissional em questão.

O motorista do município de Bonfinópolis tem um papel fundamental no desempenho de seu trabalho, seja dirigindo carro, caminhão ou ambulância. Em todas as situações contribuem no transporte de pessoas, na limpeza urbana, socorrendo doentes entre outras. Então, o aluno da EJA que interessar nessa área de trabalho dirigindo carro de porte menor ou ambulância deverá apresentar um perfil que atenda a seguinte descrição exigida pelo Ministério do Trabalho na CBO:

Dirigem e manobram veículos e transportam pessoas, cargas ou valores. Realizam verificações e manutenções básicas do veículo e utilizam equipamentos e dispositivos especiais tais como sinalização sonora e luminosa, software de navegação e outros. Efetuam pagamentos e recebimentos e, no desempenho das atividades, utilizam-se de capacidades comunicativas. Trabalham seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente.  
(CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÕES on-line. Disponível em: <<http://www.mtecbo.gov.br/busca/descricao.asp?codigo=7823-05>> Acesso em 26 mar. 2009).

O motorista de carro ou ambulância necessita também da formação acadêmica, ou seja, os conhecimentos científicos mínimos do currículo do ensino fundamental que são necessários na formação e experiência:

Para o exercício dessas ocupações requer-se a quarta série do ensino fundamental. Requer-se também curso básico de qualificação profissional com até duzentas horas-aula, especificamente para o motorista de táxi e o motorista de furgão ou veículo similar. O pleno desempenho das atividades ocorre entre um e dois anos de experiência profissional, para o motorista de furgão ou veículo similar, e entre quatro e cinco anos, para o motorista de carro de passeio. A(s) ocupação(ões) elencada(s) nesta família ocupacional, demandam formação profissional para efeitos do cálculo do número de aprendizes a serem contratados pelos estabelecimentos, nos termos do artigo 429 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, exceto os casos previstos no art. 10 do decreto 5.598/2005.  
(CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÕES on-line. Disponível em: <<http://www.mtecbo.gov.br/busca/descricao.asp?codigo=7823>> Acesso em 26 mar. 2009).

O servidor profissional ou não que deseja dirigir caminhão ou veículos de porte pesado, deverá se qualificar tendo em vista o tipo de trabalho a ser prestado, no caso do município em questão, transporte de lixo, cascalho, terra, apoio em obras e transporte em geral. Assim é importante observar o que está previsto na CBO:

Transportam, coletam e entregam cargas em geral; guincham, destombam e removem veículos avariados e prestam socorro mecânico. Movimentam cargas volumosas e pesadas, podem, também, operar equipamentos, realizar inspeções e reparos em veículos, vistoriar cargas, além de verificar documentação de veículos e de cargas. Definem rotas e asseguram a regularidade do transporte. As atividades são desenvolvidas em conformidade com normas e procedimentos técnicos e de segurança. (CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÕES on-line. Disponível em: <<http://www.mtecbo.gov.br/busca/descricao.asp?codigo=7825-10>> Acesso em 26 mar. 2009).

E a formação profissional é necessária, porém não suficiente, isoladamente. Daí a integração entre EJA e EP serem importantes, acompanhe:

Essas ocupações são exercidas por trabalhadores com formação de ensino fundamental e requer em cursos básicos de qualificação. O exercício pleno da atividade profissional se dá após o período de um a dois anos de experiência; para a atuação é requerida supervisão permanente, exceto aos caminhoneiros autônomos. A(s) ocupação(ões) elencada(s) nesta família ocupacional, demandam formação profissional para efeitos do cálculo do número de aprendizes a serem contratados pelos estabelecimentos, nos termos do artigo 429 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, exceto os casos previstos no art. 10 do decreto 5.598/2005. (CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÕES on-line. Disponível em: <<http://www.mtecbo.gov.br/busca/descricao.asp?codigo=7825-10>> Acesso em 26 mar. 2009).

Outra área importante nos órgãos públicos é a limpeza urbana, que contribui muito no aspecto visual da cidade, seja no recolhimento do lixo, entulhos, pequenas obras e manutenção diversas. Esse profissional, precisa muito conhecer sobre a prevenção de doenças e de acidentes no trabalho, tendo em vista que o seu dia-a-dia o mantém em contato permanente com essas possibilidades. Observe o que CBO descreve para essa categoria:

Os trabalhadores nos serviços de coleta de resíduos, de limpeza e conservação de áreas públicas coletam resíduos domiciliares, resíduos sólidos de serviços de saúde e resíduos coletados nos serviços de limpeza e conservação de áreas públicas. Preservam as vias públicas, varrendo calçadas, sarjetas e calçadas, acondicionando o lixo para que seja coletado e encaminhado para o aterro sanitário. Conservam as áreas públicas lavando-as, pintando guias, postes, viadutos, muretas e etc. Zelam pela segurança das pessoas sinalizando e isolando áreas de risco e

de trabalho. Trabalham com segurança, utilizando equipamento de proteção individual e promovendo a segurança individual e da equipe. (CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÕES on-line. Disponível em: <<http://www.mtecbo.gov.br/busca/descricao.asp?codigo=5142-25>> Acesso em 26 mar. 2009).

A CBO também prevê qualificação mínima e experiência para a limpeza urbana, apesar de mais simples que aparenta, exige conhecimentos básicos e a capacidade de julgar e agir em determinadas situações em que a educação do ensino fundamental contribui:

O acesso às ocupações de faxineiro e limpador de vidros é livre. O exercício das ocupações de coletor de lixo e gari requer quarta série do ensino fundamental e a ocupação de trabalhador de serviços de manutenção de edifícios e logradouros tem como requisito o ensino fundamental completo. O exercício pleno das atividades ocorre após um a dois anos de experiência. A(s) ocupação(ões) elencada(s) nesta família ocupacional, demandam formação profissional para efeitos do cálculo do número de aprendizes a serem contratados pelos estabelecimentos, nos termos do artigo 429 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, exceto os casos previstos no art. 10 do decreto 5.598/2005. (CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÕES on-line. Disponível em: <<http://www.mtecbo.gov.br/busca/descricao.asp?codigo=5142>> Acesso em 26 mar. 2009).

Outra área da formação profissional prevista é a higiene e alimentação, com profissionais que atuam em prédios públicos na limpeza e higiene dos mesmos, além dos que atuam nas cozinhas das repartições públicas e escolas como merendeiras. Essa área exige conhecimentos mínimos de higiene, segurança no trabalho e noções alimentícias. A CBO de maneira sumária descreve:

Os trabalhadores auxiliares nos serviços de alimentação auxiliam outros profissionais da área no pré-preparo, preparo e processamento de alimentos, na montagem de pratos. Verificam a qualidade dos gêneros alimentícios, minimizando riscos de contaminação. Trabalham em conformidade a normas e procedimentos técnicos e de qualidade, segurança, higiene e saúde. (CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÕES on-line. Disponível em: <<http://www.mtecbo.gov.br/busca/descricao.asp?codigo=5135-05>> Acesso em 26 mar. 2009).

A higiene e alimentação também requerem conhecimentos que estão previstos no currículo do ensino fundamental. É outra área que a integração entre EJA e EP poderá contribuir muito no exercício da função e no desempenho de outras no futuro. O município só tem a ganhar com profissionais bem capacitados. A formação e a experiência apontadas pela CBO são de extrema importância:

O exercício dessas ocupações requer em geral ensino fundamental seguido de cursos básicos de profissionalização que variam de duzentas a quatrocentas horas, ou experiência equivalente. A(s) ocupação(ões) elencada(s) nesta família ocupacional, demandam formação profissional para efeitos do cálculo do número de aprendizes a serem contratados pelos estabelecimentos, nos termos do artigo 429 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, exceto os casos previstos no art. 10 do decreto 5.598/2005.

(CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÕES on-line. Disponível em: <<http://www.mtecbo.gov.br/busca/descricao.asp?codigo=5135>> Acesso em 26 mar. 2009).

E por fim, nestas prioridades, a vigilância, área de muita responsabilidade que tem na sua maioria, servidores trabalhando no turno noturno em prédios públicos. Nesse grupo de pessoas, no município de Bonfinópolis, nenhuma tem curso específico para a função e funciona apenas para efeito moral. Mas, a CBO descreve muito bem o papel que o funcionário nessa função deve exercer:

Vigiam dependências e áreas públicas e privadas com a finalidade de prevenir, controlar e combater delitos como porte ilícito de armas e munições e outras irregularidades; zelam pela segurança das pessoas, do patrimônio e pelo cumprimento das leis e regulamentos; recepcionam e controlam a movimentação de pessoas em áreas de acesso livre e restrito; fiscalizam pessoas, cargas e patrimônio; escoltam pessoas e mercadorias. Controlam objetos e cargas; vigiam parques e reservas florestais, combatendo inclusive focos de incêndio; vigiam presos. Comunicam-se via rádio ou telefone e prestam informações ao público e aos órgãos competentes.

(CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÕES on-line. Disponível em: <<http://www.mtecbo.gov.br/busca/descricao.asp?codigo=5173-30>> Acesso em 26 mar. 2009).

O Ministério do Trabalho exige o ensino médio para a função de vigilância, mas no caso do município de Bonfinópolis, o ensino fundamental é suficiente para atender as necessidades, claro que, com as qualificações necessárias, tendo em vista que não se usa arma de fogo e tem apenas caráter preventivo e moralizador:

O exercício das ocupações requer ensino médio completo, exceto agente de proteção de aeroporto e vigilante que têm como requisito o ensino fundamental. Todas as ocupações requerem formação profissionalizante básica de duzentas a quatrocentas horas. Os vigilantes passam por treinamento obrigatório em escolas especializadas em segurança, onde aprendem a utilizar armas de fogo. A(s) ocupação(ões) elencada(s) nesta família ocupacional, demandam formação profissional para efeitos do cálculo do número de aprendizes a serem contratados pelos

estabelecimentos, nos termos do artigo 429 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, exceto os casos previstos no art. 10 do decreto 5.598/2005.

(CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÕES on-line. Disponível em: <<http://www.mtecbo.gov.br/busca/descricao.asp?codigo=5173>> Acesso em 26 mar. 2009).

E para que a integração tenha sucesso, é de fundamental importância que a equipe escolar investigue a realidade do aluno da EJA, e planeje de forma a responder os anseios de cada um com um Projeto Político Pedagógico bem definido e um currículo que tenha a linguagem necessária para o sucesso de todos. Essa é a temática em questão que será discutida a seguir.

### **3.3 - Princípios, eixos temáticos que irão orientar o currículo integrado no município de Bonfinópolis**

A necessidade de um currículo bem definido e construído coletivamente, e que valorize a experiência já vivida pelo aluno trabalhador terá maior chance de responder aos anseios e necessidades do educando em relação a sua formação acadêmica e profissional. E o mesmo poderá encontrar maiores opções no mundo do trabalho e permanecer nele.

É importante estimular a criatividade, o espírito de liderança, a sociabilidade, a capacidade de lidar com os problemas sociais, a convivência em grupo, a competência de tomar decisões e defender e lutar por seus direitos. Esses são os princípios que possibilitarão uma formação humana e respeitosa para com o aluno trabalhador.

O currículo é algo que cria gerência, aponta caminhos, valoriza a criatividade e a capacidade de cada um no processo educacional, e deve ser elaborado com vistas no mundo do trabalho e nas suas relações sociais, acompanhe:

O currículo deve ser construído a partir do conjunto das relações sociais estabelecidas pelos trabalhadores, setor produtivo e a sociedade. Nessa construção, precisa-se levar em consideração os conhecimentos, as experiências dos sujeitos bem como suas diversidades. Dessa forma, o currículo precisa expressar claramente essas relações nos seus princípios, programas e metodologias e não constituir-se apenas como uma série ordenada de conteúdos. (BRASIL, 2007, p. 28)

A importância da integração na discussão de um currículo integrado, no qual as especificidades de cada um poderão contribuir numa organização curricular integrada que



valorize os anseios de professores e alunos no desenvolvimento do pensar e agir em sociedade de forma criativa e crítica, não desprezando a formação científica, tecnológica e cultural dos alunos.

É necessário pensar e apresentar projetos pedagógicos comprometidos com essa articulação, no qual haja a valorização do sujeito aluno que já tem uma bagagem cultural e estimulem os docentes para que saibam aproveitar e se interagir com esse conhecimento já vivido pelos estudantes no mundo social a que pertence.

O currículo integrado não está pronto e precisa ser construído com objetivos e hipóteses de trabalho que possibilitem ações didáticas que interajam com os conteúdos básicos e gerais de cada modalidade de ensino, profissional ou não. As aproximações desse currículo irão se consolidando na medida em que haja aproximação e experimentação consciente das ações no decorrer do trabalho pedagógico.

O ser humano está no mundo e sua realidade é vista numa totalidade, então cabe aos profissionais do ensino a competência de auxiliar os alunos a interagirem com essa realidade, atuando e agindo para transformá-la. E nesse processo é urgente a construção de um projeto pedagógico que valorize a prática pedagógica objetivando a integração dos currículos, cujos conhecimentos empíricos e culturais sejam unificados aos conhecimentos científicos para ganharem maior expressão do real e tenham significados.

A construção desse currículo integrado exige mudanças na forma de agir dos educadores, pois necessita manter um consenso, certa convergência sobre como atuar para formar o ser humano que queremos e quais as estratégias a serem adotadas para esse fim. É preciso uma mudança concreta na postura pedagógica não só dos professores, mas dos alunos também para que esse consenso se efetive.

O momento de construção do currículo integrado é propício para os educadores superarem as barreiras que impedem a junção do pensamento científico ao teórico, onde professores e alunos convivam com um processo de ensino e aprendizagem significativos para ambos.

Deve-se nessa integração valorizar os conhecimentos relativos à cultura, às ciências, à sociedade e outros que os alunos adquirem pela Educação Básica. E ao mesmo tempo entender que esse tipo de educação auxilia na construção de um conhecimento para o exercício do trabalho.

No geral, ambas estão presentes na realidade social e faz parte da vida do aluno e precisam ser entendidas no contexto escolar como construtoras da autonomia, do pensamento crítico e na capacidade investigativa dos alunos e professores nessa integração.

A tecnologia não está isolada, ela é formada por um conjunto articulado de conhecimentos que se integram para que o trabalho técnico tenha a produção, que é o produto final, concretizada. O ser humano, que participa desse processo, precisa cumprir o seu papel como sujeito e não se tornar um objeto social.

Toda atividade humana tem seu contexto histórico, e com a tecnologia não é diferente, ela também tem origens e presença na história e foi se construindo e aperfeiçoando pela sabedoria e criatividade humana. É interessante, que todo conhecimento científico das diversas áreas do saber foram e continuam sendo úteis, apesar das divergências, na consolidação de uma sociedade fundamentada em valores históricos e científicos e que a sociedade atual é fruto desse processo.

A integração curricular precisa ser orientada por uma prática pedagógica contextualizada, valorizando todas as dimensões da vida social dos alunos. E nessa contextualização, o papel do professor é fundamental, porque é ele que vai direcionar estas práticas que servirão para a construção de sujeitos críticos. Caminhando nesse sentido, o conhecimento poderá ser interiorizado e o aluno poderá associar o seu mundo com a Educação Básica oferecida.

A escola não pode ser alheia aos problemas sociais e muito menos desprezá-los, cada professor precisa dialogar com outros colegas de profissão e com os alunos, para que os conteúdos sejam selecionados e bem desenvolvidos dentro de uma prática que ensine a pensar, analisar os problemas. Nesse aspecto a realidade será entendida e o aluno valorizado a partir de sua realidade com temas relevantes para sua formação.

O processo educacional precisa constantemente ser analisado e contextualizado para se efetivar como resposta aos anseios de todos. Ele precisa ser investigativo, bem planejado e conduzido de forma ordenada na ação pedagógica. Não é possível construir uma integração curricular dissociada do contexto histórico, cultural e tecnológico que a produziu. O currículo é uma prática social pedagógica construída por todos ao longo da história.

O currículo para contemplar esses aspectos e outros, necessita ser bem fundamentado e apoiado em valores e princípios que nortearão a sua prática no cotidiano escolar. Então, segundo o Documento Base do PROEJA, são apontados alguns que podem auxiliar e criar um eixo na dimensão pedagógica: Princípio da aprendizagem e de conhecimentos significativos; princípio de respeito ao ser e aos saberes dos educandos; princípio de construção coletiva do conhecimento; princípio da vinculação entre educação

e trabalho: integração entre a Educação Básica e a Profissional e Tecnológica; princípio da interdisciplinaridade e princípio da avaliação como processo.

E com base nesses princípios, que os educadores do município de Bonfinópolis, precisam se apoiar para construir coletivamente um currículo eficaz e que dê resultados ao processo de integração somado ao Projeto Político Pedagógico. O sucesso é uma necessidade vital para que alunos e professores possam se realizar ao longo do caminho.

O princípio fundamental do PROEJA em Bonfinópolis é integrar a Formação Básica e a Qualificação Profissional, onde a teoria e a prática caminharão juntas para garantir maior sucesso acadêmico e clareza no processo educativo no trabalho. Assim a formação e a qualificação serão fortalecidas e darão condições do sujeito aluno se integrar com maior clareza no mercado de trabalho a partir do seu contexto de vida.

O currículo do Programa em questão deverá contemplar um ensino diferenciado, atrativo, participativo e acima de tudo, com metodologias de ensino diversificadas dentro de uma proposta pedagógica que favoreçam a construção do sujeito do PROEJA. Isso implica preparar bem o profissional, o ambiente escolar, o material de ensino e as ações concretas de trabalho a serem desenvolvidas dentro do contexto profissional já vivido por cada um deles.

O sujeito aluno necessita aprender e aperfeiçoar seu conhecimento a partir de sua realidade concreta, suas experiências ao longo de sua trajetória humana e profissional. Em outras palavras, é preciso que a proposta educativa seja contextualizada e leve em consideração o aluno como protagonista, sendo sujeito e construtor de seu processo de formação.

A qualificação profissional proposta, consiste em trabalhar a orientação para o trabalho em três etapas: A primeira, a Formação Técnica Geral, onde todos os arcos ocupacionais poderão ser utilizados, onde o conjunto de conhecimentos que cada um possui servirá de referência para o tipo de trabalho pretendido pelo aluno. A segunda, o arco ocupacional, uma etapa de preparação específica que capacita para a profissão desejada, e cada arco é composto de quatro ocupações. A terceira, a orientação profissional, onde o aluno com as informações construídas com as duas primeiras etapas direcionará a trajetória que o mesmo quer para sua formação profissional.

O município de Bonfinópolis trabalhará com quatro Arcos Ocupacionais, sendo eles: limpeza urbana, motoristas, vigia e higiene e alimentação. Além da formação básica cognitiva, acrescentará conhecimentos que ajudarão a fortalecer a formação para o mundo do trabalho, onde todos os temas específicos de cada arco serão desenvolvidos em cada

ocupação proposta. Por exemplo, ao escolher a formação profissional de Higiene e Alimentação, vai também conhecer quatro ocupações que estão nessa profissão: chapista, cozinheiro auxiliar, repositor de mercadorias e vendedor ambulante (alimentação). Esta gama de conhecimentos aumentará as possibilidades de sucesso no trabalho já vivenciado e na obtenção de novos trabalhos e empregos.

Cada Arco Ocupacional se estrutura com quatro ocupações e está elaborado com conteúdos que ajudarão na iniciação profissional e garantirá mais espaço de atuação nessas ocupações. A formação proposta não o tornará um especialista, mas possibilitará um olhar mais amplo em cada uma delas.

O município ao definir os 04 (quatro) arcos ocupacionais, deverá implementar políticas públicas no sentido de garantir sustentabilidade no projeto a ser desenvolvido e estabelecer plano de desenvolvimento socioeconômico local, onde haja tendências no mundo do trabalho para as profissões propostas nos arcos.

O município deverá promover uma divulgação aos alunos dos arcos selecionados, procurando demonstrar as possibilidades empreendedoras de cada um. Após esse trabalho, cada aluno poderá escolher um arco e obter a formação inicial em quatro ocupações.

No processo de sua formação o ser humano está no mundo e sua realidade é vista numa totalidade, então cabe aos profissionais do ensino a competência de auxiliar os alunos a interagirem com essa realidade, atuando e agindo para transformá-la. E é urgente a construção de um projeto pedagógico que valorize a prática pedagógica objetivando a integração dos currículos, cujos conhecimentos empíricos e culturais sejam unificados aos conhecimentos científicos para ganharem maior expressão do real e tenham significados e sua realidade social não seja esquecida, mas valorizada e reconhecida de forma que o conhecimento possa ser útil a ele no contexto social. Somente com um Projeto de Ensino-Aprendizagem bem elaborado e que traga dados concretos da realidade dos educandos e compromissos dos docentes será possível o crescimento de todos no campo do conhecimento como sujeito críticos.

### **3.4 – Construindo a Proposta de Organização Curricular**

A implantação de uma formação de EJA associada à Educação Profissional exige uma proposta mínima, ou seja, um currículo. Sendo assim, entre os arcos ocupacionais apresentados: limpeza urbana, motoristas, vigia e higiene e alimentação. Será destacada

apenas a higiene e alimentação como uma amostragem do perfil de currículo que se pretende ter.

O Curso de Formação Inicial e Continuada em Higiene e alimentação integrada ao ensino fundamental na modalidade de EJA será ministrado em uma das escolas públicas do município que tenha uma boa cozinha que será usada como laboratório nas aulas teóricas e práticas. E será destinado aos servidores da prefeitura municipal que não conseguiram concluir o ensino fundamental de 1º ao 5º ano e do 6º ao 9º.

A carga horária total prevista é de 1.800 horas, distribuídas em 1500 horas em formação geral e 300 horas em formação inicial e continuada na qualificação profissional.

O curso terá uma duração de 30 meses e serão disponibilizadas 60 vagas, sendo 01 turma de vinte alunos (as) para o primeiro segmento (1º ao 5º ano) e 02 turmas com 20 alunos (as) cada para o segundo segmento (6º ao 9º ano). Para preenchimento das vagas e identificação do perfil educacional de cada aluno (a) se dará por meio de avaliação.

A Secretária Municipal de Educação levará ao conhecimento do público alvo os critérios de acesso e os meios de avaliação para que ninguém fique de fora. E a seleção para enquadramento nas turmas seja correta e respeitem a capacidade de formação inicial de cada um.

A prefeitura, por meio da Secretária Municipal de Educação, será responsável pela aquisição de todo material, bem como as demais despesas referentes ao andamento do curso como qualificação dos professores, biblioteca adequada para pesquisa entre outros. Além de garantir a certificação ao final do processo de aprendizagem.

Sendo o curso de higiene e alimentação integrado a EJA faz-se necessário estabelecer os Eixos Temáticos que a formação será dividida para que o alunado seja estimulado e bem direcionado para o sucesso que se almeja.

Todo educando já possui um olhar do contexto social ao seu redor, então valorizá-lo e somá-lo ao processo de aprendizagem será de extrema importância. Além é claro da matriz curricular integrada proposta contemplar às áreas do conhecimento como: Ciências Humanas e suas Tecnologias; Ciências da Natureza; Matemática e suas Tecnologias; Linguagens, Códigos e suas Tecnologias e as disciplinas da qualificação profissional específica da higiene e alimentação.

### **Eixo Temático 1 – Sujeito, Cultura e Conhecimento**

Nesse eixo o educando conhecerá sua identidade social, numa perspectiva histórica, inserida no campo cultural. O sujeito aluno será motivado a pensar e a construir conhecimentos que contribuirão para auxiliá-lo na interpretação da realidade em que vive. Sendo ele participante do mercado poderá entender sua relação e convivência com o mesmo.

### **Eixo temático 2 - Trabalho, Higiene e Alimentação**

A humanidade sobrevive do trabalho, e ele é a realidade social vivida pelo sujeito. Entendê-la e modificá-la com outras opções será o norte deste eixo. Aqui a Higiene e alimentação deverão ser compreendidas no contexto do mundo do trabalho que possibilitará ao alunado construir sua própria história. Onde compreender o trabalho integrado à higiene e alimentação propiciará uma articulação dessa área de conhecimento e as questões da culinária.

### **Eixo temático 3 - Sociedade, Espaço de Mudanças e Responsabilidade Social**

O mundo atual necessita ser mais bem conhecido para ser interpretado. O ser humano é sujeito de si e vive em sociedade dividindo o espaço social com outros sujeitos, onde todos interferem na realidade. Nessa perspectiva, a responsabilidade com o espaço social é de todos, mas ao construí-lo podemos ignorar esse lado. Assim, pensá-lo coletivamente é dever de todos. O curso deve prever reflexões de convivências e responsabilidade social aos seus alunos.

### **Eixo temático 4: Área de Higiene e Alimentação e as Possibilidades de Crescimento no Mercado de Trabalho**

O comércio de alimentos e a higienização são grandes no contexto atual. No trabalho do dia-a-dia os servidores da prefeitura exercem diariamente essas funções. A geração de empregos informais e formais com a higienização e alimentação poderão ocorrer em hotéis, restaurantes, escolas, hospitais, bares, lanchonetes, empresas entre outros. Um servidor bem preparado poderá competir no mercado de trabalho ampliando as possibilidades de renda e crescimento profissional.

Os eixos possibilitarão melhores reflexões, direcionamentos em vistas a garantir a integralização da Educação de Jovens e Adultos e o Ensino Profissional. E com certeza trará maior dignidade e respeito aos servidores do município, além de oportunizar maiores espaços de trabalho no mercado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociedade toda ganha com a qualificação profissional, ainda mais, associada à Educação de Jovens e Adultos. Aqui será possível perceber o resgate e o exercício da cidadania, na garantia dos direitos constitucionais a estes cidadãos que não tiveram a oportunidade de estudarem no tempo certo.

Pensar um projeto de PROEJA para cidade de Bonfinópolis é um desafio para a administração pública, tendo em vista que o curso deverá ser diferenciado e criativo, atraindo o interesse do aluno de ali permanecer. A evasão é um desafio social que se deve combater com uma postura pedagógica séria e que considere bem a realidade em que o aluno está inserido. Então aulas bem preparadas, conteúdos atrativos e professores bem preparados devem ser considerados.

Uma integração exige conhecimento vasto, mas que valorize as particularidades do ato de conhecer, onde as especificidades são levadas em conta e as teorias sejam bem definidas. Pois um currículo integrado que objetive o trabalho como princípio educativo, deve valorizar as diversas ciências e seus contextos epistemológicos e pedagógicos oferecidos pelas escolas. Não é fácil construir um currículo assim, mas o desafio é de todos que valorizam o ser humano como pessoa que deve participar do mundo como sujeito de suas ações e não meros serviçais.

Um projeto sério precisa de apoio de parceiros que tenham interesses de ajudar na sua implementação, logo não se pretende isolá-lo, mas construí-lo numa dinâmica participativa e consolidada com os interesses públicos e sociais na perspectiva do PROEJA.

A integração da Educação de Jovens e Adultos é uma realidade necessária para o município de Bonfinópolis, bem como o interesse dos servidores que ainda não concluíram o ensino fundamental do 1º ao 5º ano. Ao responderem o questionário da pesquisa, a maioria demonstrou satisfação no trabalho proposto. Então não resta dúvida, que a implantação do PROEJA trará benefícios a todos e garantirá o direito à educação para todos.

Uma boa cidade se constrói com o respeito ao seu povo, garantindo o direito e o espaço para que o mesmo exerça o seu papel de cidadão. Pensar em futuro é possibilitar, a cada um, a oportunidade de crescer e se projetar socialmente, mesmo que sua realidade não



mude agora, a forma de pensá-la com certeza mudará, pelo menos um pouquinho, o que já é um grande avanço na perspectiva social e cultural.

O PROEJA poderá ser exemplo de um projeto ousado que resgata a dignidade dos servidores, e quem sabe, servindo de exemplo para tantos outros que virão. O momento é oportuno e a sociedade necessita acreditar em algo que respondam aos seus anseios. Neste aspecto, espera-se que a integração contribua para que os servidores se encontrem melhor com o seu espaço social já vivido e possam dialogar com novas oportunidades que poderão surgir nesse novo caminhar.

É necessário reconhecer o trabalhador como um sujeito humano e que precisa ser preparado para a vida e para o mundo do trabalho. Esse sujeito deverá ser capaz de conhecer bem sua realidade e poder modificá-la para o bem maior, ou seja, transformá-la.

O PROEJA não é um projeto acabado, mas em construção permanente e que precisa ser monitorado e avaliado para não perder a sua identidade maior, que é de servir como uma referência sólida de resgate desse aluno trabalhador. Vamos à integração da Educação de Jovens e Adultos com o Ensino Profissional no município de Bonfinópolis com o PROEJA. Assim se garante o direito de estudar e de oportunizar novos ideais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E OUTRAS:

ARROYO, Miguel G. "**Revedo os vínculos entre trabalho e educação: Elementos da formação humana**" In: Silva, Tomaz Tadeu (org.). Trabalho, educação e prática social. Porto Alegre, Artes Médicas, 1991.

**BONFINÓPOLIS.** Estatuto do Servidor Público. Lei nº. 415/2005 de 11 de maio de 2005.

**BONFINÓPOLIS.** Plano Diretor Democrático da Prefeitura Municipal de Bonfinópolis - Go. Lei nº. 430, de 14 de maio de 2008.

**BONFINÓPOLIS.** Plano de Carreira do Servidor Público. Lei nº. 487/08 de 03 de junho de 2008.

**BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm). > Acesso em: 29 03. 2009.

**BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

**BRASIL. Proeja – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos.** Brasília: MEC / Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, 2007. Disponível em [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/proeja\\_fundamental\\_ok.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/proeja_fundamental_ok.pdf) > Acesso em 16.03.2009.

CLÍMACO, Arlene Carvalho de Assis. **Movimentos Sociais, trabalho e Educação – o desafio da democratização.** Goiânia, 2007.

MANFREDI, Silvia Maria. **A educação popular no Brasil: uma releitura a partir de Antônio Gramsci.** In.: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A questão política da educação popular. São Paulo: livraria Brasiliense, 1980.

MARX, K. **O capital.** V. I, tomo 2. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

SAVIANI, D. **O nó do ensino de 2º grau.** Bimestre, São Paulo: MEC/INEP – CENAFOR, n. 1, out. 1986.

VENTURA, Jaqueline P. **Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores no Brasil: revedo alguns marcos históricos.**

<http://www.uff.br/ejatrabalhadores/artigo-01.htm>

<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1> – 2007 > Acesso em 21.02.2009.

<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1> – 2001 > Acesso em 21.02.2009.

[http://www.pco.org.br/conoticias/ler\\_materia.php?mat=9076](http://www.pco.org.br/conoticias/ler_materia.php?mat=9076). > Acesso em 21.02.2009.

<http://www.mtecbo.gov.br/busca/descricao.asp?codigo=7823-05> > Acesso em 26.03.2009.

<http://www.mtecbo.gov.br/busca/condicoes.asp?codigo=7823> > Acesso em 26.03.2009.

<http://www.mtecbo.gov.br/busca/descricao.asp?codigo=7825-10> > Acesso em 26.03.2009.

<http://www.mtecbo.gov.br/busca/condicoes.asp?codigo=7825> > Acesso em 26.03.2009.

<http://www.mtecbo.gov.br/busca/descricao.asp?codigo=5142-25> > Acesso em 26.03.2009.

<http://www.mtecbo.gov.br/busca/condicoes.asp?codigo=5142> > Acesso em 26.03.2009.

<http://www.mtecbo.gov.br/busca/descricao.asp?codigo=5135-05> > Acesso em 26.03.2009.

<http://www.mtecbo.gov.br/busca/condicoes.asp?codigo=5135> > Acesso em 26.03.2009.

<http://www.mtecbo.gov.br/busca/descricao.asp?codigo=5173-30> > Acesso em 26.03.2009.

<http://www.mtecbo.gov.br/busca/condicoes.asp?codigo=5173> > Acesso em 26.03.2009.

## ANEXO

Especialização em Educação Profissional integrada à Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos	
Pesquisa para conhecimento do perfil dos funcionários municipais em função da implantação do PROEJA	
<b>1 - Identificação:</b>	
<b>a) Sexo:</b>	
Feminino	
masculino	
<b>b) Idade:</b>	
<input type="checkbox"/> 18 a 29 anos	
<input type="checkbox"/> 30 a 45 anos	
<input type="checkbox"/> 46 a 60 anos	
<input type="checkbox"/> Acima de 60 anos	
<b>c) Local de nascimento:</b>	
<input type="checkbox"/> Estado de Goiás. Município: - _____	
<input type="checkbox"/> Região Centro Oeste	
<input type="checkbox"/> Região Norte	
<input type="checkbox"/> Região Nordeste	
<input type="checkbox"/> Região Sudeste	
<input type="checkbox"/> Região Sul	
<b>d) Estado Civil:</b>	
<input type="checkbox"/> casado	
<input type="checkbox"/> concubinato	
<input type="checkbox"/> Separado	
<input type="checkbox"/> solteiro	
<input type="checkbox"/> Viúvo	
<b>e) Número de Filhos:</b>	
<input type="checkbox"/> 0	
<input type="checkbox"/> 1 a 2	
<input type="checkbox"/> 3 a 4	
<input type="checkbox"/> 5 a 6	
<input type="checkbox"/> Acima de 7	
<b>e.1) Frequência a escola desses, quantos:</b>	
Educação Infantil	
Ensino Fundamental	
Ensino Médio	
<b>g) Moradia</b>	
<input type="checkbox"/> Própria	
<input type="checkbox"/> Alugada	
<input type="checkbox"/> Cedida	
<b>2 - Experiência escolar:</b>	

<b>a) Com que idade entrou na escola pela primeira vez?</b>	
<input type="checkbox"/> Menos de 6	
<input type="checkbox"/> 6 a 9	
<input type="checkbox"/> 10 a 14	
<input type="checkbox"/> 15 a 17	
<input type="checkbox"/> Acima de 18 anos	
<input type="checkbox"/> Nunca estudou	
<b>b) Que série/ano parou de estudar?</b>	
<input type="checkbox"/> 1ª a 4ª	
<input type="checkbox"/> 5ª a 8ª	
<input type="checkbox"/> Ensino Médio	
<b>c) Quanto tempo esta fora da escola?</b>	
<input type="checkbox"/> Nunca tinha estudado	
<input type="checkbox"/> Nunca Saiu	
<input type="checkbox"/> Menos de 1 ano	
<input type="checkbox"/> 1 a 5 anos	
<input type="checkbox"/> 6 a 10 anos	
<input type="checkbox"/> Acima de 10 anos	
<input type="checkbox"/> não responderam	
<b>d) Por que parou de estudar?</b>	
<input type="checkbox"/> Falta de interesse pessoal	
<input type="checkbox"/> Escola distante / Inexistente	
<input type="checkbox"/> Problemas na escola	
<input type="checkbox"/> Trabalho	
<input type="checkbox"/> Saúde	
<input type="checkbox"/> Questões familiares (Marido ciumento, pais impediam, gravidez)	
<input type="checkbox"/> Mudanças de cidades constante	
<b>e) O que te motivaria a voltar aos estudos?</b>	
<input type="checkbox"/> Procurar um emprego melhor	
<input type="checkbox"/> Manter o emprego que tem	
<input type="checkbox"/> Interesse pessoal e incentivo p/ retorno à escola	
<input type="checkbox"/> Educar melhor os filhos	
<input type="checkbox"/> vergonha por não ter estudos	
<input type="checkbox"/> Tirar CNH	
<input type="checkbox"/> Critério para ser cidadão	
<input type="checkbox"/> Fazer curso superior ou tecnico	
<input type="checkbox"/> outros: _____	
<b>f) Já frequentou algum curso de formação profissional?</b>	
<input type="checkbox"/> Sim. Qual _____	
<input type="checkbox"/> Não.	
<b>g) Gostaria de participar de um curso de conclusão do ensino fundamental com formação profissional?</b>	

<input type="checkbox"/> Sim	
<input type="checkbox"/> Não.	
<b>3 – Experiência de trabalho:</b>	
<b>a) Qual a função que exerce no município?</b>	
<input type="checkbox"/> motorista	
<input type="checkbox"/> Porteiro	
<input type="checkbox"/> telefonista	
<input type="checkbox"/> recepção	
<input type="checkbox"/> Vigilância	
<input type="checkbox"/> higiene e alimentação	
<input type="checkbox"/> Limpeza urbana	
<input type="checkbox"/> Outros: _____	
<b>b) Quantas horas de trabalho por dia?</b>	
<input type="checkbox"/> 6h	
<input type="checkbox"/> 8h	
<input type="checkbox"/> Entre 9h e 10 h	
<input type="checkbox"/> Mais de 10 h	
<b>c) Qual a média de renda por mês?</b>	
<input type="checkbox"/> Até 1 SM (415,00)	
<input type="checkbox"/> Até 2 SM	
<input type="checkbox"/> Até 3 SM	
<input type="checkbox"/> Até 4 SM	
<input type="checkbox"/> Acima de 5 SM	
<b>d) Se pudesse mudar de emprego, qual escolheria?</b>	
<input type="checkbox"/> Não mudaria	
<input type="checkbox"/> Comércio autônomo	
<input type="checkbox"/> Médico / Enfermeiro / Psicólogo	
<input type="checkbox"/> Advogado	
<input type="checkbox"/> Engenheiro	
<input type="checkbox"/> Agrônomo / veterinário	
<input type="checkbox"/> Militar	
<input type="checkbox"/> Professor	
<input type="checkbox"/> Artista	
<input type="checkbox"/> Motorista	
<input type="checkbox"/> Eletricista	
<input type="checkbox"/> Juiz	
<input type="checkbox"/> Administrativos / contábeis	
<input type="checkbox"/> Piloto de avião	
<input type="checkbox"/> Secretária	
<input type="checkbox"/> Educador / gestor ambiental	
<input type="checkbox"/> Telemarketing	
<input type="checkbox"/> Vendedora	
<input type="checkbox"/> Balconista	
<input type="checkbox"/> Costueira	
<input type="checkbox"/> Quitandeira	
<input type="checkbox"/> Vigilante	
<input type="checkbox"/> Chefe de Cozinha	

<input type="checkbox"/> Dono do próprio negócio	
<input type="checkbox"/> Garçom	
<input type="checkbox"/> Computação	
<input type="checkbox"/> Cabelereira	
<input type="checkbox"/> Segurança do Trabalho	
<input type="checkbox"/> Executivo	
<input type="checkbox"/> Telefonista	
<input type="checkbox"/> Indústria / Operário	
<input type="checkbox"/> Recepcionista	
<input type="checkbox"/> Mestre de Obra	
<input type="checkbox"/> Bibliotecária	
<input type="checkbox"/> Outros: _____	